

JUVENTUDE E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA:
caracterização de situações-tipo e organizações juvenis

Revolta do Buzu
Movimento de estudantes
secundaristas de Salvador

A Revolta do Buzu - Salvador (BA) Manifestações dos estudantes secundaristas contra o aumento da tarifa de ônibus

Júlia Ribeiro de Oliveira¹ (Coord.)
Ana Paula Carvalho²

Coordenação



Apoio



Setembro 2007

Sumário

1. Breve painel sobre o segmento juvenil que está diretamente relacionado com a demanda	4
2. Relevância da situação-tipo estudada	7
3. Considerações sobre o trabalho de campo	9
4. Caracterização da situação-tipo estudada: resultados da pesquisa	15
5. Considerações finais: efeitos sociais e repercussões políticas	30
Siglas	34
Notas	35
Referências Bibliográficas	36

I. Breve painel sobre o segmento juvenil que está diretamente relacionado com a demanda

Segmento: estudantes do ensino médio de Salvador

Demanda: direito à mobilidade nas cidades

Ação: impedir o aumento da tarifa de ônibus (Revolta do Buzu)

“A gente tinha que lutar por um transporte: público, mais barato, em condições melhores para os estudantes chegarem na escola.”
(Virgílio, liderança do Colégio Iceia)

“As precárias condições de mobilidade se colocam como obstáculo à superação da pobreza e da exclusão social para cerca de 45% da população urbana brasileira que tem renda mensal familiar inferior a três salários mínimos.” (Mobilidade e pobreza – Itrans, relatório final, 2004)

Dentro da lógica que minimiza a participação do Estado nas políticas sociais, os serviços públicos vêm perdendo a qualidade e aqueles indivíduos que têm condições de pagar migram para os serviços privados. É o que vem ocorrendo com o sistema de transporte público, a exemplo da educação, da saúde, da segurança. Cada vez mais, cabe à população que não pode arcar com veículos particulares vivenciar em seu cotidiano as mazelas de um serviço que é fundamental para assegurar a mobilidade nas cidades e o acesso a todos os demais direitos sociais, civis e políticos³ conquistados. Segundo o IBGE, as famílias das regiões metropolitanas com renda mensal de até dois salários mínimos gastam até 8% de seus rendimentos com transporte⁴. Não é sem motivo que os aumentos da tarifa de ônibus sejam responsáveis pela elevação do número de pessoas que dormem nas ruas dos centros urbanos, ou no ambiente de trabalho, por não terem condições de retornar à sua moradia após o dia de trabalho.

No planejamento urbano brasileiro existe uma grande lacuna no papel desempenhado pela União, que deveria estabelecer diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo transporte; e pelos Estados e municípios, que têm como atribuição a prestação de serviços públicos de interesse local. O serviço é ofertado por empresas privadas, por meio de concessões (e não por concorrência)⁵.

Os municípios mal fazem o controle do serviço, muito menos da receita e despesa das empresas. “*Na prática todas as tarefas gerenciais do setor relativas tanto ao processo de trabalho quanto à movimentação financeira são exercidas pelos trabalhadores rodoviários sob controle rígido dos donos de empresas de ônibus – que, por isso, dominam de fato o setor. Está sob seu controle o conhecimento sobre os gastos concretos do sistema de transportes urbanos, com baixíssima fiscalização e controle públicos sobre a composição das planilhas de custos; estão sob seu poder as condições de prestação do serviço (ou seja, se uma linha recebe ônibus novos ou velhos, motoristas experientes ou novatos, cobradores corteses ou irascíveis; se as peças de reposição serão novas ou reaproveitadas de veículos sucateados etc.), igualmente com pouca ou nenhuma fiscalização e controle públicos*”⁶. Confirmando essa afirmação, um levantamento realizado pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) revela o aumento das tarifas de ônibus urbano em torno de 25% acima da inflação, nos últimos dez anos.

Uma vez que este é um serviço que nunca deixa de ser ofertado, isto é, não chega a ser totalmente precário como acontece em outros setores como a saúde e a educação (pacientes sem leito, alunos sem professores etc.), ele se torna invisível para os agentes políticos e para a própria população.

A série de manifestações em resistência ao aumento do valor da passagem em agosto e setembro de 2003, em Salvador, conhecida como Revolta do Buzu, foi protagonizada pelos estudantes secundaristas contando com a adesão de estudantes universitários e de jovens do ensino fundamental (de 12, 13 anos). Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI⁷, em 2003 haviam 181.234 estudantes matriculados no ensino médio público na capital baiana, número que corresponde a 7% da população. Grande parte desse contingente é oriunda de famílias de baixa renda (das classes C, D e E), muitas das quais contam apenas com a força de trabalho materna.

O índice de desenvolvimento juvenil (IDJ), construído pela Unesco (2004), aponta que o jovem baiano está em 23.º lugar em relação às demais unidades da Federação no quesito renda. Fica à frente apenas do Maranhão, Piauí e Paraíba. Nos primeiros lugares estão Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina. Isso significa que, enquanto no índice que vai de 0 a 1 a renda familiar *per capita* no Distrito Federal corresponde a 0,703, na Bahia esse índice chega a 0,237.

Na pesquisa Juventude Brasileira e Democracia (IBASE E PÓLIS, 2004), os jovens reunidos nos Grupos de Diálogos⁸, em Salvador, afirmaram que um dos grandes problemas para melhorar as condições de educação, lazer, cultura e trabalho está na falta de condições de deslocamento pela cidade, gerada pelo valor das tarifas do transporte público (apesar dos estudantes terem conquistado o direito à meia passagem na década de 90) e o número reduzido de ônibus e linhas dos bairros para o centro, onde ocorre a maior parte dos eventos culturais e festas da cidade e se localizam as oportunidades de trabalho e os melhores colégios públicos.

Com o cenário descrito acima, o alto valor da tarifa e as condições precárias do transporte público em Salvador são fortemente sentidos pela população soteropolitana usuária⁹ desse serviço. Impactam diretamente no orçamento familiar e na qualidade de vida, tanto por comprometer a renda em detrimento da segurança alimentar quanto pelas longas esperas, exposição ao tempo, riscos de assaltos, trajetos desatualizados em relação ao desenvolvimento metropolitano nos últimos anos, obrigando a utilização de mais de um transporte ou longas caminhadas.

Diante dessa realidade, a questão da necessidade de mobilidade na cidade para os estudantes sempre esteve presente nas pautas de discussão dos coletivos estudantis. Para as pessoas e grupos entrevistados, na presente pesquisa, porém, foi somente com a Revolta do Buzu que essa demanda foi colocada como reivindicação a fim de garantir o acesso à educação, ao lazer e à cultura, mas também o direito de ir e vir, o direito ao trabalho.

Várias reportagens do período dos meses de agosto e setembro de 2003 demonstram que a manifestação dos estudantes secundaristas contra o aumento da tarifa, de R\$ 1,30 para R\$ 1,50, recebeu grande apoio da população que se sentia contemplada em sua reivindicação. Os trabalhadores de maneira geral, professores, até mesmo alguns policiais e motoristas de ônibus reconheciam a importância do ato, mesmo diante do imenso transtorno causado na cidade. Alguns afirmavam que os próprios filhos estavam participando.

Os próprios estudantes – não aqueles ligados às entidades estudantis – traziam em sua fala a dimensão de suas demandas:

“Não é uma luta só de estudantes, estou aqui representando meus pais.” (Jurema Teles, 19 anos, estudante do 2.º ano do ensino médio do Colégio Estadual Landulpho Alves)¹⁰

“É um movimento social, é para toda a população.” (estudante não identificada no documentário de Carlos Pronzato, A Revolta do Buzu, em ato de esclarecimento aos passageiros dos ônibus, durante as paralisações do trânsito)

“Primeiro, a necessidade mesmo econômica, (...) e a gente não pensava só em nós, estudantes do Cefet, mas pô, e a galera que já se reveza com os irmãos, pra poder um dia um vai, outro dia outro vai [para a escola]? Ou então já chega em casa, tem que dividir o cartão [Smart Card]? Então, era uma questão de consciência mesmo, pô, não dá, não tem condições, então, temos que enfrentar. Foi uma coisa mesmo de ‘peito.’” (Daniela, estudante do Cefet, entrevista realizada em 2 de agosto de 2007)

Depoimentos com esse teor são bastante recorrentes nesse contexto e reveladores das motivações que os levaram a ocupar as ruas.

Para o sociólogo Silvio Benevides¹¹, a iniciativa da luta pelos direitos sociais é uma característica do movimento estudantil baiano, pois os estudantes secundaristas estão sempre na vanguarda das manifestações e são seguidos pelos universitários. Como ocorreu em 1967, na manifestação contra a instituição da Lei Orgânica da Educação, na qual era previsto o pagamento de matrícula e mensalidade na escola pública, que tomou o centro e outras regiões da cidade na época e se estendeu para duas outras cidades do interior. Essa manifestação é anterior ao episódio que marca a história do movimento estudantil no Brasil, em 68, com a morte do estudante Edson Luis no Rio de Janeiro. Para esse autor, nos dois momentos, nos anos 60 e em 2003, os estudantes baianos assumem um papel de vanguarda que marca profundamente cada geração.

Naquela manifestação de 67, os estudantes recorriam a estratégias para se proteger da polícia, como jogar óleo e bolas de gude na pista para que os cavalos escorregassem e assim afastar os carros de polícia. Em 2003, se espalharam por entre os carros e ônibus nas principais vias da cidade, de modo a paralisar completamente o trânsito por várias horas, ao longo de quase 20 dias.

No que diz respeito à demanda, nos anos da ditadura, na luta pela democracia como sistema político, reivindicavam-se direitos civis e políticos: à liberdade de expressão, de organização, de participação. Mas, também, a garantia da oferta de educação pública gratuita. A redução da tarifa do transporte público – demanda defendida pelos estudantes em 2003 – aponta para outra ordem de necessidades, expressas pelos direitos sociais e civis, como o acesso à cidade (o direito de ir e vir), à educação, aos bens culturais, ao esporte, lazer e trabalho. A questão da mobilidade revela-se condição para garantia de todos os outros direitos.

Os estudantes paralisaram as principais avenidas de Salvador durante pouco mais de 20 dias, causando uma série de prejuízos ao comércio (as vendas caíram cerca de 60%, segundo noticiado pela imprensa) e às empresas de transporte público urbano (cerca de 80%). A população ficou bastante desgastada com as intermináveis esperas no trânsito, além de ser visível a exaustão por parte dos representantes do poder público. Para os entrevistados da presente pesquisa, a mobilização sem precedentes na história baiana do período da redemocratização foi o principal instrumento de apresentação das demandas dos estudantes.

Vale o registro de que a primeira e principal demanda dos estudantes era o retorno do valor da tarifa para R\$ 1,30. Ao longo das manifestações, especialmente durante as assembleias realizadas, outras demandas foram agregadas à proposta original. As entidades estudantis reconheciam que haveria muita resistência por parte da prefeitura e dos empresários, portanto, seria importante para o movimento incorporar outras demandas para haver alguma conquista, conforme tabela abaixo. Nesse período, os estudantes contavam com um cartão eletrônico, o Smart Card (que durou até 2006), como garantia do direito à meia passagem¹² de segunda a sexta-feira, durante o período letivo, em até quatro viagens ao dia.

Principais reivindicações

Jovens nas ruas

- Manutenção do preço da tarifa do ônibus em R\$ 1,30 (a principal reivindicação)
- Meia passagem nos finais de semana, feriados e férias

- Gratuidade da 1.ª via do Smart Card
- Revitalização do Conselho Municipal de Transporte
- Melhoria dos transportes

Entidades estudantis

- Manutenção do preço da tarifa do ônibus em R\$ 1,30
- Meia passagem nos finais de semana, feriados e férias
- Meia passagem para os estudantes de curso pré-vestibular, supletivo e pós-graduação em nível de mestrado e doutorado
- Meia passagem nos transportes alternativos
- Meia passagem nas linhas intermunicipais
- Gratuidade da 1.ª via do Smart Card
- Revitalização do Conselho Municipal de Transporte
- Melhoria dos transportes, ampliação da frota e do número de linhas

2. Relevância da situação-tipo estudada

A gratuidade da oferta de transporte público para estudantes de escolas públicas é uma reivindicação histórica dos movimentos estudantis no Brasil. Compreende-se que o direito à educação está atrelado à mobilidade e à condição de acesso do estudante à escola. Entre 2003 e 2005, ocorreram manifestações estudantis nas várias capitais do país com o propósito de impedir aumentos das tarifas do transporte à revelia das condições de vida da população e, especialmente, dos próprios estudantes. Algumas registram alto índice de repressão e violência policial (Florianópolis e Fortaleza) e praticamente todas tiveram tratamento depreciativo por parte da maioria dos veículos de comunicação, que procurou desqualificar a luta por direitos dos estudantes, tachando-a como “baderna”, “bagunça”, “desordem”.

A manifestação dos estudantes secundaristas baianos foi precursora dessa série e alcançou proporções que fugiram a qualquer tipo de expectativa ou planejamento: levou para as ruas cerca de 20 mil estudantes¹³ de colégios de diversas regiões da capital e da cidade vizinha, paralisou a circulação de carros e ônibus por quase 20 dias, causando impacto na vida econômica do comércio e das empresas de transporte.

Essa manifestação dos estudantes foi inspiradora de outras em Brasília, Florianópolis (“Revolta da Catraca”), Fortaleza, Vitória. Outro desdobramento foi a organização de núcleos de Movimento Passe Livre, que seguem princípios da horizontalidade, apartidarismo e autonomia, em diversas capitais do Brasil, a partir de 2005, no Fórum Social Mundial.

Como consequência, esse episódio marca, no cenário político-institucional baiano, uma importante cisão entre o prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, e o líder tradicional, o senador Antônio Carlos Magalhães (ACM)¹⁴, ambos do Partido da Frente Liberal (hoje Democratas). O tratamento dado aos estudantes pela polícia militar sob o comando do prefeito foi oposto ao ocorrido na manifestação de “Maio de 2001” – em favor da cassação do mandato do senador Antônio Carlos Magalhães após o episódio da violação do painel de votação do Senado –, caracterizada pela forte violência policial. O embate travado entre os jornais locais – um deles, pertencente à família do senador, tecendo críticas e ameaças ao prefeito – marca publicamente a crise do carlismo no Estado e o declínio de sua liderança política.

Durante a fase exploratória, identificamos como principais atores os estudantes secundaristas, organizados em grêmios ou não. Há registros de iniciativas entre os colégios do centro da cidade como organização de atividades culturais (ao longo do ano), debates sobre educação no Estado (durante o mês de agosto) e uma passeata contra o aumento da tarifa (realizada em 13 de agosto), inspirada em um panfleto distribuído por um vereador, denunciando a previsão de aumento do transporte¹⁵. Segundo um dos entrevistados, presidente do grêmio do Colégio Central na ocasião, essa passou a ser primeira manifestação nas ruas do centro daquela que veio a ser conhecida como Revolta do Buzu, como será descrita mais adiante. Esses estudantes, com outras entidades estudantis, também organizaram várias assembléias para avaliação da manifestação, definições das reivindicações e escolha de uma comissão para reunião com a prefeitura.

Outros atores tiveram participação significativa, porém, contribuíram de diferentes maneiras, como os estudantes universitários, que ora apoiaram a ação dos secundaristas – alguns, que também eram professores¹⁶ de escolas públicas, ajudaram os estudantes a compreender o seu papel na reivindicação de um direito civil e social, bem como a importância de se colocarem como atores políticos em primeiro plano –, ora se colocaram na linha de frente, juntamente com as entidades estudantis da qual faziam parte.

As entidades estudantis tradicionais e de expressão nacional ou estadual (União Nacional dos Estudantes – UNE, Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas – Abes, União Brasileira de Estudantes Secundaristas - Ubes) trouxeram o apoio de partidos e sindicatos e, com isso, equipamentos como carros de som e panfletos informativos, mas também suas bandeiras, discursos e jargões. Despertaram, ao mesmo tempo, repúdio e interesse dos estudantes em conhecer as entidades. Porém, como pode ser observado em documentários e reportagens da época, a maioria dos estudantes associou a presença delas a partidos políticos, mecanismos de manipulação da opinião pública, disputa pelo poder e pela iniciativa das manifestações.

Partindo dos princípios de autonomia e espontaneidade, esses estudantes resistem a toda forma de representação e liderança, até mesmo não legitimando a negociação travada entre o poder público e os estudantes ligados às organizações estudantis tradicionais e de presença nacional (UNE, Abes, Ubes). Como afirma um dos entrevistados: *“As pessoas não queriam se sentir lideradas. Queriam ser agentes de sua própria história”* (Rosenilton, presidente do Fórum Intergrêmios da Periferia).

Uma das conseqüências que marcam claramente essa divergência e distanciamento das entidades e o conjunto dos estudantes foi a permanência dos estudantes nas ruas por vários dias, mesmo após a decisão do prefeito de acatar algumas das reivindicações apresentadas pelos representantes das entidades estudantis, como o direito à meia passagem durante o ano todo.

Para contemplar a diversidade de atores coletivos que se auto-intitulam lideranças do movimento, buscamos realizar entrevistas com os diferentes representantes dessas entidades (UNE, Abes, Umes) – alguns eram os próprios líderes na época; representantes dos grêmios de duas escolas no centro (Iceia e Central); e estudantes de escolas de bairros fora do centro e de bairros mais afastados. Outros entrevistados foram escolhidos em função das contribuições dadas, como o Fórum Intergrêmios da Periferia e o Centro Acadêmico de História da Universidade Católica. O Movimento Passe Livre (MPL) foi procurado por ser uma organização que nasceu durante o V Fórum Social Mundial (2005)¹⁷, com inspiração na manifestação baiana, por estar presente em diversas capitais e, como um critério da pesquisa, ser composto majoritariamente por jovens. No caso do MPL de Salvador, grande parte dos seus membros participou da Revolta do Buzu.

Os jovens estudantes que sofreram repressão policial no Maio de 2001 voltam às ruas para impedir o aumento da tarifa, apostando numa mobilização espontânea, sem lideranças políticas e voltada para o interesse social. Nota-se a importância dessa experiência anterior para a aproximação de jovens estudantes de diferentes grupos e movimentos:

“Em 2001, quando teve o Maio Baiano, que foi a questão de ACM, a maioria das pessoas se conheceram ali... Eu mesmo era bem pacífico, entrei no movimento [MPL], era bem aquele cara que só fazia olhar tudo, aí depois daquilo, que teve aquele blá-blá-blá todo da imprensa, todo mundo preso, a polícia batendo em todo mundo, aí que a gente começou a ter mais afinidade. Até acabou com essas coisas, também, de que tinha movimento anarquista, partidos políticos – PT e PC do B – hegemônicos. De certa forma as pessoas começaram a ter diálogo, entre os partidos e os movimentos autônomos.” (Raphael Sant’Anna/MPL, estudante do Cefet no período da Revolta do Buzu)

Por outro lado, a realização de atividades culturais conjuntas fez com que os estudantes dos colégios do centro da cidade se conhecessem e mantivessem algum contato:

[Em relação aos outros grêmios] “algumas pessoas a gente conhecia assim de contato individual mesmo, (...) mas em um determinado momento foi porque tava tendo algumas articulações entre os grêmios do centro. Então a gente conheceu algumas pessoas do grêmio do Central, do grêmio do Severino, o pessoal aqui do Senhor do Bonfim... Na época, eu lembro que tinha duas coisas que causavam o diálogo entre os colégios do centro, que tem o projeto do Liceu, né? Que leva o espetáculo ‘Cuida bem de mim’ pras escolas e tinha a ‘União do Liceu’, que tinha uns representantes das escolas, aí eu sei que sempre que tinha essas atividades, que tinha representantes de escola e que por algum motivo a gente tava, a gente acabava conhecendo pessoas das outras escolas.” (Roseli, liderança do Iacea)

As iniciativas esportivas também contribuíram para criar um laço entre os estudantes:

“Muitos já se conheciam do 1.º Jogos da Primavera. Esses jogos, embora fossem organizados pelo governo, quando os jovens estão praticando esporte, quando estão ali juntos, num lugar de convivência, eles se conhecem, se relacionam. Eu encontrei uma galera dessa época. A referência histórica que eu posso dizer é que várias pessoas já se conheciam e tinham a proximidade de ter organizado alguma coisa. Tentado organizar grêmio e ter dado errado, ter estudado junto, ter jogado basquete junto nos Jogos da Primavera, ter jogado futebol junto no 2.º Jogos da Primavera... O pessoal era ligado também, no caso de Roque [jovem do PT que participou da negociação com a prefeitura], à comunidade negra e quilombola.” (Raphael Sant’Anna, Cefet)

Todos os entrevistados apontam, como um dos principais desdobramentos da manifestação, o fortalecimento ou o surgimento de organizações estudantis, assim como de novas lideranças.

“Posso até considerar a Revolta do Buzu um divisor de águas, do ponto de vista ideológico. Eu entendia a necessidade de fazer uma disputa dentro da sociedade que levasse a uma nova alternativa, com novos valores etc., etc., mas até então eu não entendia onde é que eu ia tentar fazer essa disputa, tentar construir esse sonho. Porque eu, desde muito jovem, já entendia que eu sozinho não podia fazer nada. Acho que o indivíduo por si só não consegue construir elementos de tensão ou elementos de contestação na situação em que a sociedade está... A partir da RB que eu começo a me identificar com essa corrente [Força Socialista, do PT] e começo a militar...” (Virgílio, liderança do Iacea na época)

“Hoje em dia, todos os colégios do subúrbio têm grêmio. Não interessa se é partido político que tá lá ou não, é uma conquista, porque não importa se é direita ou esquerda. A partir do momento que você, como jovem ainda, né, você tiver essa maturidade, como jovem você conseguir dar um salto na sua forma de organização, é o que fica... O que ficou da Revolta do Buzu, a não ser a experiência de organização dos estudantes? Não só grêmios, ou ter um grupo, ou ter uma associação. Existem várias associações de grêmios agora, né, interessante isso também... Para combater determinados poderes dentro das entidades, criam associação de grêmios dos colégios da orla, associação de grêmios dos colégios do subúrbio, associação de grêmios dos colégios do centro. Surgiram vários poderes paralelos.” (Raphael Sant’Anna, Cefet)

Outro fato relevante foi a candidatura de oito jovens, personagens-ícones da revolta, ao cargo de vereador. Não houve nenhum eleito.

3. Considerações sobre o trabalho de campo

Definição das entrevistas e agendamento

As entrevistadas e os entrevistados foram identificados, inicialmente, a partir de documentos da época (jornais, documentários). Depois, pelo fato de se tratar de um evento recente e de grande proporção, não foi difícil localizar pessoas que vivenciaram

essa manifestação. A cada entrevista, contudo, obtínhamos novas indicações que procuramos contatar dentro do que foi possível no espaço reservado ao trabalho de campo.

A maioria se mostrou muito acessível e disponível. Com alguns (cerca de três), o contato foi mais difícil pela falta de telefone, correio eletrônico ou porque já não estavam mais morando em Salvador. Com outros quatro, agendamos um encontro ou mais, mas eles não compareceram, nem mesmo deram algum retorno para justificar a ausência.

Com o MPL, nosso primeiro contato estabelecido, demoramos cerca de um mês para obter uma resposta positiva da participação de algum representante nas entrevistas. Contatamo-los por várias ocasiões, respondemos por correio eletrônico a cerca de 20 questões sobre os objetivos, os coordenadores e financiadores da pesquisa. Segundo prática do movimento, que busca uma forma autônoma e horizontal de se organizar, todos têm o mesmo direito de falar pelo grupo para evitar a existência de “portavozes” e o surgimento de lideranças. A escolha dos entrevistados, portanto, foi por auto-indicação e disponibilidade.

Procuramos concentrar os encontros no centro e adjacências – próximo ou nos próprios locais de trabalho, estudo, militância –, facilitando o acesso para todos. Nesses casos, recorremos a espaços públicos como biblioteca e colégios. Em apenas uma entrevista visitamos um bairro mais afastado para encontrar um estudante da Universidade Estadual da Bahia – Uneb.

Abordagem

Já era do nosso conhecimento o embate sobre a iniciativa da manifestação entre as instituições tradicionais, grêmios e coletivos juvenis. Por isso, sempre procuramos esclarecer qual era o foco da pesquisa e que, portanto, não estávamos procurando construir uma verdade em torno do episódio, mas identificar as formas de participação dos jovens estudantes e das organizações estudantis, como se estruturaram, de que maneira se mobilizaram e decidiram os encaminhamentos. Eventualmente, ao final da conversa, informávamos com quem já havíamos conversado ou agendado entrevista.

Fornecemos para todos os entrevistados os materiais disponíveis da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia (CD-ROM dos relatórios e/ou publicação destinada aos candidatos das eleições de 2005). A intenção era apresentar, por um lado, os parceiros, coordenadores e apoiadores da pesquisa evidenciando os princípios do projeto, a rede de ONGs, universidades e pesquisadores formada, bem como o fato de que a atual pesquisa consiste em uma ampliação para outros países, tendo novos desdobramentos como horizonte. Por outro lado, foi importante esclarecer que não se tratava de uma pesquisa acadêmica ou teórica, mas que um dos objetivos era dar visibilidade às demandas da juventude, contribuir para a incorporação dessas demandas à agenda pública, subsidiando a formulação de políticas públicas para essa população. As informações aferidas, portanto, seriam publicizadas e utilizadas na elaboração de políticas para a juventude.

A observação de um dos entrevistados, que é pesquisador, demonstra o reconhecimento da importância desta investigação:

“Esse processo que vocês estão fazendo [a pesquisa] é fundamental nesse sentido: de que a juventude tem que entender que ela tem papel fundamental na sociedade. É a forma de criar mecanismos de valorização dos jovens como sujeitos (...), ele ajuda a valorizar essa galera que vem desse processo da Revolta do Buzu.” (Raphael Cloux, professor do Colégio Iceia)

Sobre a utilização do roteiro

O roteiro se revelou bastante extenso e cansativo para os entrevistados. Demorávamos, em média, duas horas. Em acordo com a coordenação nacional da pesquisa, decidimos priorizar algumas questões que exploravam a participação de cada um e de sua organização na manifestação (Bloco 1 – histórico/trajetória da demanda e atores), além das questões relativas à identidade juvenil, às dificuldades e vantagens de ser jovem e à possibilidade de intercâmbio com jovens de outros países da América do Sul (extraídas do Bloco 3 – Presença e ação no espaço público) e o “bate-bola final” (Bloco 4).

Algumas informações que seriam indagadas no bloco 2 (referente à dinâmica interna da organização) foram evidenciadas durante a narrativa do envolvimento de cada ator e atriz na manifestação. Uma vez que a situação-tipo investigada foi a Revolta do Buzu, que traz em si uma demanda bastante específica – acesso ao serviço de transporte urbano, entendendo o transporte como um meio essencial para garantir outros direitos –, a dinâmica de organização estabelecida durante essa manifestação foi colocada como prioridade em detrimento das dinâmicas específicas das entidades e coletivos que dela fizeram parte. É bem verdade que cada um, a seu modo, contribuiu para a mobilização, para os debates entre os estudantes, com o governo ou com os meios de comunicação, e isso foi revelado com o desenrolar da narração do histórico da manifestação.

Situação das organizações entrevistadas no período

Um elemento relevante nesse aspecto trata-se da própria condição de cada instituição no período investigado. Segundo os relatos, alguns grêmios possuíam uma organização bastante formal e burocrática, muitas vezes inoperantes, com iniciativas pontuais e pouco agregadoras, orientados muito mais por um projeto político instalado na máquina pública estatal e nas escolas do que por valores e demandas dos estudantes.

“O governo do Estado, assim como as entidades estudantis muito pouco colaboravam com as atividades do grêmio. Era importante para o governo do Estado que os grêmios não existissem. Porque o grêmio é a entidade que representa o estudante, então automaticamente, na sua grande maioria, o grêmio tem um caráter contestador. Não é importante para sua política que você tenha um instrumento que esteja o tempo todo contestando a política de educação que você está implementando.” (Virgílio, liderança do Iceia)

Outros grêmios – os que mais se destacaram na mobilização estudantil – contavam com uma proposta política mais bem formulada, seja por inspiração na luta pelos direitos à educação formal de qualidade, seja no direito de se organizarem como jovens, sem perder de vista as questões político-ideológicas, mas renovadas com expressões e roupagem próprias da cultura juvenil contemporânea.

“Era a popularidade de um coletivo, de um projeto de escola, de uma concepção de educação. Ao mesmo tempo, a gente tinha um movimento completamente contestador a essa lógica de educação implementada, e por outro lado a gente não ficava só na contestação. A gente criava alternativas para que o estudante percebesse que ele era um instrumento de transformação social não só da escola, mas da sociedade inteira. A gente tinha um programa muito avançado, e isso fazia com que a gente tivesse uma popularidade não de figuras, mas de projeto.” (Virgílio, liderança do Iceia)

As entidades estudantis tradicionais existentes em Salvador, na época da Revolta do Buzu, que participaram mais ativamente eram a UNE, a Ubes e a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas – Umes. A União dos Estudantes da Bahia – UEB – estava desativada e voltou a funcionar em 2005. O dirigente entrevistado na ocasião era executiva da Ubes. No caso da Abes, em virtude de divergências internas, naquele agosto de 2003 dois grupos reclamavam a presidência da instituição. Esse fato foi desfavorável para a entidade perante os estudantes e, se houve um ou outro ator que se pronunciou em seu nome, o fez pelo respaldo do partido político ao qual estava ligado. No entanto, ao final das manifestações, ela contava com novos integrantes. Exemplo disso foi a estu-

dante eleita para presidência da Abes no pleito ocorrido no final daquele ano e que passou a fazer parte do movimento durante a revolta. Na ocasião, ela era estudante de escola particular que paralisou parte da avenida da orla e não possuía trajetória no movimento estudantil.

Os entrevistados e as entrevistadas

Dados do perfil

Treze homens e quatro mulheres

1. Somente um entrevistado é casado e outro tem um filho.

2. Autodefinição de cor/raça:

Negra: 10

Parda: 4

Branca: 2

Não-branco (negro/indígena): 1

Obs.: Pelo menos três dos que se declararam negros não se basearam na cor da pele, mas o fizeram como forma de política afirmativa que assume que todos somos afro-descendentes.

3. Idade:

< 20 anos: 3 (mínimo: 18 anos)

entre 21 e 24: 8

entre 25 e 30: 4

> 31: 2 (máximo: 35 anos)

4. Profissão dos pais:

. Pai: motorista de ônibus, pedreiro, bancário aposentado, engenheiro da construção civil aposentado, autônomo, motorista de ônibus desempregado, aposentado, desempregado, comerciário, contador, almoxarife, comerciante autônomo, bancário, tipógrafo (total: 15).

. Mãe: dona de casa (3), técnica em enfermagem (2), comerciária aposentada (2), comerciante, funcionária pública aposentada, funcionária pública, conselheira tutelar, doméstica, costureira, funcionária pública da Previdência, coordenadora pedagógica, professora estadual aposentada, comerciante autônoma (total: 17).

5. Filiação a partidos políticos (em algum momento): 15 (PT/PSOL; PC do B; PSTU; PMDB)

Apesar da preocupação em buscar um equilíbrio de gênero, dos 17 entrevistados, apenas quatro eram moças. Ressaltamos aqui os impasses entre o planejamento da entrevista e do que foi possível realizar e resultou na distorção da amostra quanto à representação masculina e feminina: dos quatro jovens que não compareceram às entrevistas, três eram moças. Dos 13 rapazes que compareceram, sete haviam sido convidados, porém um deles veio acompanhado dos pares diretores da instituição.

No universo entrevistado, observamos que entidades estudantis, partidos políticos e grêmios acabam por repetir o modelo que comporta certo número de mulheres nas bases, mas os cargos de liderança (diretoria) são predominantemente ocupados pelos homens. No caso das pessoas entrevistadas, das organizações mais recentes e com estrutura horizontalizada, isto é, livre de hierarquias (como o grupo cultural do Iceia e o MPL), essa relação quase se equipara.

A maioria das entrevistas foi realizada individualmente. Por opção dos próprios atores entrevistados, alguns vieram acompanhados. Foi o caso do MPL, que indicou dois membros; do presidente da Ubes, que trouxe uma das diretoras da UNE na época, que participou de uma rodada de negociação com a prefeitura e com quem já havíamos tentado contato – ambos são membros da UJS do PC do B; e da Abes (presidente atual), que veio acompanhado dos quatro diretores da entidade, todos da UJS. Com o diretor nacional da UNE na ocasião da Revolta do Buzu, também filiado ao PC do B, a entrevista foi realizada em um tempo bastante restrito, não mais do que 50 minutos (excedendo os 30 minutos que ele havia disponibilizado).

Cada entrevista foi uma surpresa gratificante. Os jovens apresentaram, de modo geral, muita convicção em seus ideais, certo empenho em estudar as teorias políticas e identificação com as questões trazidas pelos movimentos sociais que ganharam força na opinião pública a partir da década de 80 (como etnia, gênero, meio ambiente). Espontâneos, donos de certa alegria e irreverência, não se acanharam em explicitar os próprios conflitos. Outros surpreendentemente serenos, foram muito assertivos em suas colocações.

Houve grande dificuldade em identificar pessoas que atuaram como “mediadores institucionais”, sobretudo devido à resistência dos jovens manifestantes em aceitar qualquer tipo de liderança ou mediação propriamente dita. Alguns professores foram citados, como Raphael Cloux, mencionado naturalmente pelos estudantes do colégio Iceia e lembrado pelo presidente do grêmio do Central. Foi o único que conseguimos contatar. Durante a entrevista, ficou evidente que, não obstante sua idade na ocasião (20 anos) e seu engajamento no Centro Acadêmico de História e em partido político, sua postura foi de animador, isto é, daquele que provoca a reflexão coletiva e busca uma identidade, uma “alma” para o grupo, levando os estudantes a reconhecer seu papel de sujeitos políticos.

Considerações acerca dos depoimentos

Todos tinham algo de marcante a recordar, um momento em que os olhos brilhavam ao narrar o episódio. Em geral, chegavam para a entrevista com vontade de falar e fazer observações, interpretações, tirar conclusões próprias. Às vezes perguntavam se determinado assunto seria abordado, já que o consideravam importante. Em vários casos, observamos grande preocupação em fornecer informações e pistas que confirmassem a versão de um evento planejado e construído por um ou outro grupo.

O bloco de questões relativas à identidade juvenil causou surpresa em praticamente todos os entrevistados. Alguns disseram que não imaginavam aqueles tipos de questão, outros mostraram pouca afinidade com as reflexões propostas (até mesmo sobre “o que tem de bom” ou “as dificuldades em ser jovem”). No caso dos mais velhos, havia até certo constrangimento no início, por um lado, como se não coubesse mais a eles o direito de se pronunciar enquanto jovem, apesar da militância. Por outro, porque já percebiam outras necessidades, obrigações, “rumos na vida” que levavam até aqueles que ainda atendiam aos limites etários legais a considerar que já estavam deixando essa fase. Assertiva quase unânime foi a máxima “juventude é um estado de espírito”.

Segue, abaixo, um quadro com alguns dados das pessoas entrevistadas, por ordem cronológica:

Nome/ idade	Trabalho/ estudo atual	Onde estudava em 2003	Organização em que atuava no período da RB	Observações
Roseli 21 anos	Terapeuta holística; História na Uefs	2.º ano no Iceia	Coletivo juvenil do Iceia, Grupo de Valorização da Cultura Estudantil – GVCE	Participou do grupo de teatro do Cria. Assumiu a presidência do grêmio logo após a manifestação.
Augusto 26 anos	Mestrado em Políticas Sociais na Ucsal; advogado, professor universitário, funcionário da Caixa Econômica Federal	Direito na Ucsal	Diretor nacional da UNE, membro da UJS	Foi presidente da UJS de 2004 a 2006. Atualmente é diretor do Sindicato dos Bancários e faz parte do Conselho Nacional da Juventude representando os pós-graduandos.
Marcos César 35 anos	Trabalhos com serigrafia; Comunicação na Uneb	Curso pré-vestibular no centro da cidade	Membro do movimento anarcoestudantil e anarcopunk	Foi da Organização Popular Libertária e do Movimento pelo Passe Livre.
Virgílio 22 anos	Administração de escola; História na Ucsal	2.º ano no Iceia	Coletivo juvenil do Iceia, GVCE.	Logo após a manifestação, assumiu a vice-presidência do grêmio e ingressou na Força Socialista do PT. Atualmente faz parte da Ação Popular Socialista do PSOL.
Renata 19 anos	Curso pré-vestibular no Sagrado Coração de Jesus	1.º ano no Colégio Rômulo Almeida (Imbuí)	Não era engajada em nenhuma organização, grupo ou movimento	Atualmente está na Abes e na UJS.
Alan 18 anos	Curso pré-vestibular	Ensino fundamental no	Nenhuma	Organizava, independentemente do grêmio, eventos culturais e esportivos. Participou de grupo de capoeira. Atualmente é diretor da Abes e membro da UJS.
Alex 18 anos	2.º ano no Central	Colégio Nelson Barros	Nenhuma	ONG (Cipó), grupo de teatro, meio ambiente, debates de ONGs. Atualmente é diretor da Abes e membro da UJS.
Valmir 20 anos	Curso pré-vestibular	1.º ano no Colégio Thales de Azevedo		Realiza atividades na escola (debates sobre educação). Atualmente é diretor da Abes e membro da UJS.
Rogério 21 anos	3.º ano no Severino Vieira	8.ª série na Escola Dirlene Mendonça		Foi do grêmio do Thales de Azevedo e do grupo jovem católico.
Diego 23 anos	Curso pré-vestibular	1.º ano no Sátiro Dias	Grêmio	Atualmente é diretor da Abes e membro da UJS.
Juremar 28 anos	Trabalha no Instituto Ambientalista da Bahia – Iamba; Publicidade na Ucsal	1.º ano no Bartolomeu de Gusmão (Lauro de Freitas)*	Executiva da Ubes	Foi presidente da Associação de Estudantes de Lauro de Freitas – Asself. Atualmente é presidente da Abes e membro da UJS.
Daniele 28 anos	Ciências Sociais na UFBA	3.º ano no Cefet Ciências Sociais na UFBA	Diretoria da UNE	União de Juventude da Sussuarana. Atualmente é presidente da UEB.
Nestor Neto 26 anos	Funcionário público municipal; Administração Financeira na Faculdade São Salvador	3.º ano no Colégio Central	Presidente do grêmio do Colégio Central	Já participou de grupo jovem da Igreja Católica e dos Escoteiros. Nos últimos 2 anos, estava na diretoria nacional da UNE (em SP); acabava de retornar para Salvador.
Rosenilton 31 anos	Professor estagiário; Geografia na Ucsal	Curso pré-vestibular no 2 de Julho	Presidente do Fórum Intergrêmio da Periferia	Participou de movimentos juvenis das Igrejas Católica e Adventista da Promessa e de partidos políticos. É vice-presidente no Nordeste da Juventude Nacional do PMDB e presidente da estadual.
Raphael Sant'Anna 23 anos	Ciências Sociais na UFBA	1.º ano no Cefet	Grupo Flores Mortas do Palhaço (poesia/teatro), da luta antimanicomial	Presidente do grêmio do Colégio Castelo Branco, ME Secundarista e Universitário. Participou de movimentos de bairro, foi colaborador do MS Teto. Atualmente é membro do DA da Geografia (não é ligado à UNE).
Daniela 24 anos	Letras na UFBA	1.º ano no CEFET	Nenhuma	Foi membro do PSTU até início de agosto de 2003. Hoje é membro do MPL e do Centro de Mídia Independente – CMI. Desde 2003 participa do grupo que iniciou o MPL, CMI, ações da Casa MUV e do Diretório Acadêmico dos estudantes de Letras.
Raphael Cloux 24 anos	Professor, pesquisador; mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano na Unifacs	História na Ucsal	Professor substituto contratado do Iceia; membro do Centro Acadêmico dos Estudantes de História	Mediador institucional (nesta pesquisa). Foi filiado ao PT e, atualmente, faz parte da Ação Popular Socialista do PSOL.

* município vizinho

4. Caracterização da situação-tipo estudada: resultados da pesquisa

4.1. Histórico

Com o anúncio do aumento da tarifa de transporte de R\$ 1,30 para R\$ 1,50, em agosto de 2003, o segmento estudantil se sentiu diretamente prejudicado em seu direito de freqüentar a escola. Esse episódio está circunscrito em um contexto de negação de direitos e ausência de políticas sociais necessárias à população de Salvador. Há anos ostentando o título de “capital do desemprego”, segundo Dieese, sua população vive na informalidade e em condições precárias de trabalho. Na Região Metropolitana, 39,4% das famílias são sustentadas somente por mulheres¹⁸ e os jovens deparam com a necessidade de complementar a renda doméstica, quando não são os próprios provedores do sustento da família. A diferença de R\$ 0,20, nesse sentido, representa diminuição da capacidade de suprir as necessidades básicas da família.

Os estudantes das escolas secundárias do centro da cidade (ligados ou não a grêmios) iniciaram as manifestações contra o aumento da tarifa, paralisando o movimento de ônibus e veículos por horas. Os argumentos que prevaleciam, expressos em entrevistas, cartazes, gritos de guerra, eram: 1) de que o reajuste incidia sobre todos os membros das famílias e pesava no orçamento doméstico, diminuindo a capacidade de arcar com as despesas básicas de subsistência; 2) essa não era uma mobilização estudantil, mas “social, protagonizada pelos estudantes”, porque estava voltada para os interesses de toda a sociedade, e especialmente daqueles que ganhavam um salário mínimo ou menos. Diante dessas afirmações, os estudantes secundaristas ganharam o apoio da população em geral e durante mais de 20 dias a cidade foi paralisada pelas manifestações dos estudantes secundaristas, universitários e outras pessoas que aderiram ao movimento que posteriormente veio a ser designado como “Revolta do Buzu”¹⁹.

A divulgação pela mídia das primeiras manifestações levou estudantes de outras escolas afastadas do centro a fechar as ruas e avenidas em vários outros pontos da cidade. Em depoimento para esta pesquisa, uma aluna do Colégio Rômulo Almeida, no bairro do Imbuí, afirma que:

“Nós queríamos participar do que estava acontecendo, queríamos participar daquela luta dos estudantes. Passamos de sala em sala para convocar os alunos para um ato na Avenida Paralela.” (Renata, 19 anos, estudante do Rômulo Almeida na época)

Um acontecimento dessa magnitude conta com diversos pontos de vista para narrar seu início. Os mais evidenciados são, por um lado, os das entidades estudantis tradicionais e, por outro, os dos representantes dos grêmios do centro da cidade. Os representantes das primeiras possuem uma narrativa bastante similar e afirmadora de uma versão que os coloca como protagonistas da revolta e de que “tinham tudo sob controle”, incluindo a decisão de deixar que outros se reconhecessem como líderes, de que o ideal era “que tudo saísse do controle”.

“Eu até falei, brincando, numa reunião: ‘Pessoal, é o seguinte, só vamos conquistar, de fato, uma vitória nesse movimento quando a gente construir um movimento tão massivo que fuja do nosso controle. Uma coisa que as pessoas passem a ir às ruas mesmo a partir de ações focalizadas por bairro, entendeu? Se a gente conquistar isso, a gente vai ter vitória’. Então, é um bom problema fugir do nosso controle. Era esse o tom da gente na nossa reunião. Mas ninguém acreditava que iria sair do nosso controle, que alcançaria a proporção que tomou.” (Augusto, diretor nacional da UNE na ocasião)

Como se trata de entidades com atuação no âmbito nacional, esses atores conseguem reforçar essa versão entre os membros de outras capitais, de modo que passam a ser reconhecidos como promotores da manifestação.

O líder do grêmio do Colégio Central – bastante popular e, mesmo tendo terminado o ensino médio, permanece ligado ao grêmio como “conselheiro” –, que foi um dos organizadores da passeata do Dia do Estudante e se candidatou ao cargo de vereador

na eleição subsequente, partilha o alcance da manifestação com outros grêmios e estudantes das escolas do centro e do bairro do Comércio. Entre os estudantes entrevistados, há o reconhecimento da iniciativa, mas também a afirmação contundente de que a ação foi muito espontânea e imediata e os rumos tomados pelo movimento não foram direcionados ou planejados por ninguém.

“Antes da RB, a gente tinha um fórum intergrêmios (dos colégios do centro da cidade) que a gente reunia. A gente se reuniu pra construir a RB. Ela foi pensada um mês e meio antes de ela acontecer. A gente não tinha a dimensão do que seria. Qual era a proposta? Vamos realizar um ato na cidade, que a gente consiga parar a cidade, por 3, 4 dias, e reivindicar nossas coisas, que era o uso do Smart Card o ano inteiro, aumentar o número de passagens²⁰, melhoria da educação; depois se transformou num movimento só [contra o aumento] da passagem de ônibus. Mas no início a gente reunia quatro grêmios: do Central, Teixeira de Freitas, Iacea e Ipiranga. Nós ficamos de maio a julho, aproximadamente, buscando um motivo pra ir pras ruas, exemplo, um motivo para mobilizar os estudantes para ficar nas ruas 2, 3 dias. Não tinha. A gente conseguia fazer uma passeata em defesa da educação, mas não conseguia manter aquela passeata noutro dia e noutro dia.

(...) Porque nunca houve uma passeata em Salvador de 2, 3 dias dos estudantes na rua cobrando alguma coisa. Qual era a idéia nossa: se a gente conseguir um motivo, conseguir mobilizar os estudantes para estar nas ruas, que amarrasse a reivindicação de todos os estudantes, não mais todos os problemas dos estudantes, mas especificamente a meia passagem, aí, sim, a gente teria meia passagem o ano inteiro. Foi quando a Câmara começou a se manifestar para a questão do aumento do transporte e o vereador Rui Costa fez um panfleto falando sobre o aumento de transporte, que ‘era um absurdo’ – não tinha sido aumentado ainda. Entendeu? Ele já tava falando um mês e meio antes. Aí por acaso a gente achou esse panfleto no meio da rua, eu peguei esse panfleto e no dia seguinte tinha uma reunião desse fórum de quatro grêmios. (...) Eu levei esse panfleto que tava escrito: ‘É um absurdo, Salvador, a capital do desemprego, ter a tarifa mais cara do Brasil!’. E aí nós falamos que esse era um motivo pelo qual os estudantes ‘sairão’ às ruas. Não ao aumento da tarifa! (...) Nosso primeiro ato foi no dia 13 de agosto de 2003.” (Nestor Neto, 26 anos, presidente do grêmio do Colégio Central na ocasião)

Um jovem aluno do Cefet, na ocasião filiado ao PSTU, retornando de um encontro em Brasília, conta:

“Discordo de alguns colegas meus que dizem que ‘a Revolta do Buzu surgiu do nada’. Eu sei que não surgiu do nada, porque na verdade eu tava dentro de um ônibus, vindo de Brasília, e um rapaz do PT (esqueci o nome dele agora), que é até um colega meu lá da faculdade também, ele fazia Direito, acho que foi Bruno... Ele atendeu o telefone e era um pessoal da maioria de partido, era Nestor, era do PMDB, ligou dizendo que tava tendo reuniões, porque a tarifa ia subir – isso foi antes do aumento – (...) e que quando eles chegassem aqui em Salvador eles queriam conversar. Aí esse colega tava do meu lado, ele falou comigo, me chamou pra eu ir pra reunião lá no [Colégio] Manoel Novaes ou no [Escola] Odorico Tavares, não lembro qual foi a primeira. Teve duas reuniões e teve uma manifestação em seguida, no comecinho do mês de agosto.” (Raphael Sant’Anna, hoje com 23 anos e membro do MPL)

As lideranças juvenis ligadas a partidos políticos e entidades estudantis – inclusive daquelas que estavam desarticuladas na Bahia, no momento – se inseriram nas mobilizações equipando-as com carros de som dos sindicatos, panfletos e bandeiras próprias, passando a organizar os estudantes nas escolas e bairros onde havia membros representantes. Como afirma uma dirigente local da UNE na ocasião das manifestações: “*O que foi espontâneo foi a ida dos estudantes para as ruas, mas não a orientação*” (Daniele, UNE).

As discussões relativas ao passe livre e à meia passagem já constavam como demandas históricas das organizações estudantis tradicionais (UNE, Abes, Ubes), assim como dos demais coletivos de jovens, por entenderem essa reivindicação como garantia de acesso à educação e à cidade, mesmo nos domingos e feriados, afinal,

“se é domingo, eu sou estudante, quer dizer, tenho menor poder aquisitivo, e é importante para a formação intelectual, cultural do estudante ele visitar o cinema, ir pra um teatro, ir pra praia, ter o lazer, um esporte e ele se locomover pela cidade, seja domingo, feriado e férias.” (Augusto, 26 anos, diretor da UNE na época)

Segundo os dirigentes entrevistados, desde que tiveram conhecimento do aumento do valor da tarifa, começaram a se articular para realizar algum protesto nas ruas com os estudantes.

“Estávamos numa atividade da reforma da Previdência [em Brasília] e no dia seguinte teríamos um debate sobre ‘a universidade que queremos’. (...) A gente viu no A Tarde anunciando a possibilidade de aumento, lá em Brasília. E aí a gente teve idéia de fazer e construir uma luta que, se não viesse a barrar (a gente também não tinha muita ilusão de que ia conseguir barrar), nossa expectativa era fazer uma pressão, desgastar a imagem pública do prefeito e, obviamente, conseguir garantir uma redução no valor do aumento ou um congelamento dessa tarifa.” (Augusto)

Em entrevista ao jornal Correio da Bahia, alguns desses dirigentes afirmaram que um dos objetivos era, após as mobilizações, que novos jovens viessem a aderir aos programas das entidades estudantis. (De fato, o saldo desse episódio foi a reestruturação da Abes e a ampliação de quadros jovens nos partidos como PT e PC do B.)

Somente após vários dias de manifestação em frente à prefeitura, paralisação do trânsito nos principais pontos da cidade, ocupação da Câmara de Vereadores (em 3 de setembro), pressão da sociedade, dos comerciantes e, sobretudo, dos empresários de transporte os estudantes passaram a ser ouvidos pelas autoridades municipais. Secretário de Transportes, vereadores da situação e o próprio prefeito se dispuseram a negociar com representantes dos estudantes.

As negociações dos estudantes com a prefeitura só foram possíveis diante da pressão da sociedade em função dos desgastes com as paralisações e o clima de tensão e incerteza que se estabeleceram na cidade por volta do dia 4 de setembro. Os empresários do ramo de transporte alegavam que essa seria a pior crise do setor, com prejuízos de até 80% do faturamento mensal.

Sem ceder à reivindicação referente ao retorno do valor da tarifa para R\$ 1,30, a prefeitura acatou outras reivindicações levadas por aqueles que se apresentavam como representantes dos estudantes. Foram elas:

- Congelamento da tarifa por um ano;
- Meia passagem nos finais de semanas, feriados e férias;
- Meia passagem para os estudantes de cursos pré-vestibulares, supletivo e pós-graduação em nível de mestrado e doutorado;
- Meia passagem nos transportes alternativos (não foi plenamente aplicado);
- Redução do preço da primeira via do Smart Card;
- Revitalização do Conselho Municipal de Transporte;
- Instalação da Comissão Especial de Desoneração das Tarifas Públicas de Transportes²¹.

Na realidade, essas pessoas representavam as entidades estudantis tradicionais, mas não haviam sido indicados para a mesa de negociação pelas assembléias realizadas pelos estudantes nos colégios Iceia e Central. Como resposta, os estudantes não acataram a orientação de finalizar as mobilizações nas ruas, insistindo que o mais importante não havia sido garantido (a redução). (Sobre a discussão acerca da legitimidade dos representantes dos estudantes, ver item 4.2. deste relatório.) Como afirma uma estudante entrevistada:

“Quando eles [os representantes das entidades estudantis] sentavam pra negociar [com o governo], eles achavam que tinham poder pra negociar e pra tirar a galera da rua, mas na prática isso não tava acontecendo. E teve o ‘golpe final’, que foram as entidades que chegaram e deram migalhas pra gente como o domingo – que a gente não tinha direito à meia passagem, e não funcionou no primeiro domingo –, a questão das férias..., aumentou o número de créditos [do Smart Card]. Como eu disse: só migalhas mesmo.” (Daniele/MPL estudante do Cefet em 2003)

Recusando-se a ceder a tais reivindicações, os empresários do setor de transporte alegavam que as gratuidades a idosos, deficientes e servidores públicos (carteiros, policiais, oficiais de justiça) e os descontos aos estudantes correspondiam a 30% dos passageiros transportados, sendo as despesas do serviço incorporadas na tarifa paga pelos demais passageiros. A prefeitura, então, adotou uma política de “nacionalização da crise do sistema de transporte urbano”, liderando um Fórum de Dirigentes de Cidades-Sedes de Regiões Metropolitanas a fim de diminuir os impostos²² que incidem sobre as tarifas, tomando por base as condições de vida precárias da população, oriundas de políticas sociais e econômicas da competência da União que têm seus efeitos mais devastadores nas regiões metropolitanas.

4.2. Características da organização e percepções dos atores sobre sua dinâmica interna

“Sou, sou estudante eu sou,
eu quero estudar,
Imbassahy não quer deixar”

Os jovens que vivenciaram a Revolta do Buzu eram majoritariamente estudantes das escolas públicas do ensino médio de Salvador. Porém, estudantes de outros níveis (ensino fundamental e superior, cursos pré-vestibulares, escola técnica) e da iniciativa privada aderiram ao movimento. Foram cerca de 20 mil manifestantes, mais de 30 escolas, faculdades e universidades do centro da cidade e dos bairros.

Salvador concentra a maior população afro-descendente fora do continente africano, chegando a 82%, segundo o IBGE. Essa proporção fica evidenciada nos documentários e registros da manifestação, cuja presença de estudantes brancos é maior nos colégios privados da orla da cidade.

“*Polícia é pra ladrão, pra estudante não*” (coro dos manifestantes). A população foi favorável às manifestações dos estudantes, especialmente alguns professores e diretores de escolas. Nos primeiros dias do episódio, feirantes interferiram e defenderam os jovens quando estes foram atacados pela polícia na Cidade Baixa. Esse fato evidencia o reconhecimento da importância da iniciativa e certa preocupação para que não se repetissem os atos de violência ocorridos no Maio de 2001 (repressão policial contra os estudantes que exigiam a cassação do senador Antônio Carlos Magalhães). Um dos jovens entrevistados testemunhou a interferência do então vereador Gilmar Santiago para arrefecer o princípio de confronto da polícia, próximo à Estação da Lapa, com os estudantes:

“Quando deu aproximadamente 15 pra 1 h, não passava nada, a cidade tava travada. E os estudantes da tarde começaram a chegar, andando, só que a SET (Superintendência de Engenharia de Tráfego) chegou e tava se iniciando um princípio de confronto com a polícia. Aí a gente decidiu acabar a passeata para fazer uma grande assembléia dos estudantes em frente ao [Colégio] Teixeira de Freitas. Foi quando o vereador Gilmar Santiago chegou, os policiais queriam bater na gente e o vereador Gilmar chegou na hora e não deixou. Disse que era vereador, tal. Ele ‘entreviu’ e não deixou que os policiais batessem em nós.” (Nestor, Central)

Demonstrando grande aversão aos partidos políticos e às entidades estudantis, os manifestantes não admitem a existência de mediadores nem de líderes. Falam em “representantes” e afirmam que todos são líderes: “Aqui todo mundo é líder” (jovens não identificados em PRONZATO, 2004).

Essa opção dos jovens em se declararem um movimento autônomo, sem líderes, não é gratuita. Na pesquisa Juventude Brasileira e Democracia, alguns dos jovens que participaram de um dos Grupos de Diálogos (GD) em Salvador enxergam nos atores políticos tradicionais um mecanismo de manipulação dos interesses dos adultos. Por meio da manifestação espontânea (isto é, não institucionalizada) querem e podem reivindicar seus direitos, mas “*sem alguém por trás mandando, como se os jovens criassem a própria política*”. Afirmaram que “*no caminho da política, eu sempre vou me esbarrar em alguém lá no poder*”.

Durante as entrevistas, sobre liderança e representação, os estudantes do Colégio Iceia ponderam:

“Eu não quero negar aqui o papel da liderança, muito pelo contrário. Agora na Revolta do Buzu é muito arriscado dizer que tinha liderança. Teve aqueles que, de alguma forma, participaram de forma mais incisiva, em algum momento definiram os rumos do movimento, isso aí eu não discordo.” (Virgílio, Iceia)

“Pra você representar os estudantes... Por exemplo, o grêmio de que eu participei, se a gente quisesse fundar um grupo estudantil, só com o quorum do Iceia, a gente poderia fazer isso e a gente ia ter respaldo pra ir pra qualquer mesa de negociação. O grande problema é esse, que tanto a Abes ou Ubes, ou qualquer outra que tem, que são várias... UEB, qualquer uma dessas, elas sempre tiveram na lógica de carteirinha estudantil, mesmo esses grupos estudantis que estão ligados aos partidos.” (Roseli, Iceia)

Para tomada de decisões, os estudantes recorriam às assembleias, ora convocadas pelos grêmios dos colégios do centro (assembleias do Colégio Manuel Novaes, Odorico Tavares, Iceia, Central, em frente ao Teixeira de Freitas e na Associação dos Professores Licenciados da Bahia – APLB), ora pelas entidades estudantis (Sindicato dos Bancários, Faculdade de Economia da Ufba). Algumas foram freqüentadas por muitos estudantes e, nas mais concorridas, ficava-se até tarde da noite para que todos pudessem pessoalmente se pronunciar.

“As assembleias eram sempre muito acirradas. Eram a demonstração clara da diversidade que se tinha dentro do próprio movimento. (...) Participam das assembleias lideranças de quase todos os colégios do centro da cidade.” (Virgílio, Iceia)

“A primeira [assembleia] mesmo, vou admitir, era uma confusão. Mas a confusão nessa época era uma coisa boa. Por que assim era o que destruiu todo o poder centralizado. (...) Quem chamava as assembleias eram os partidos políticos e as organizações estudantis. Só que aí vinha uma galera, ‘velho’, do nada, assim... tá na rua, sabia que tinha uma assembleia, o pessoal ia pra assembleia. Aí, imagina, um bocado de estudante junto, aí já tinha ‘o óleo’ – as instituições estudantis – UNE, Abes em geral, aí pronto... aí dava essa confusão. Mas era uma coisa boa, porque, quando dava essa confusão, o pessoal falava: ‘A UNE não pode representar a gente, a Ubes não pode, fulano também não pode... no caso de Nestor’. (...) Você cria uma crise de direção.” (Raphael Sant’Anna, Cefet)

“Todo mundo tinha voz, duravam horas. Horas e horas e horas. Todo mundo tinha voz, todo mundo falava. A entidade organizava, mas ela também se via numa situação que, se Lea quisesse ir mais, ela ia acabar não indo. Aí tinha que dar voz pra todo mundo. Aí falava menino de 12 anos que falava ‘eu só vou sair da rua quando abaixar pra R\$ 1,00!’. Tinha o discurso mais político daquele pessoal que tinha 18 anos: ‘Não, porque nós temos que ver até onde ‘tamo’ acumulando força, ‘tamo’ nos organizando já que não podemos contar com o poder das organizações estudantis, já que já sentaram com o governo e disseram que vai ser aquele acordo.’” (Raphael Sant’Anna)

Logo nas primeiras manifestações, no dia 13 de agosto (uma quarta-feira), após a ocupação da Lapa por algumas horas, os estudantes se reuniram em frente ao Colégio Teixeira de Freitas para definir seu modo de atuação dali em diante:

“A gente fez uma assembleia geral em frente ao Teixeira de Freitas. Nessa assembleia geral tinha quase 2 mil estudantes. Porque juntou os estudantes da manhã e os estudantes da tarde... a gente fez na rua, ali mesmo... A gente decidiu o seguinte: ‘a gente vai fazer outro movimento amanhã, vai parar o movimento hoje’. Porque o que a gente entendeu? Que tudo aquilo que tava no papel era bonito, era ‘controlável’, mas a gente deparou com uma situação incontrolável. A gente tava pedindo aos estudantes para não realizar mais passeata naquele dia, porque a gente precisava realizar uma reflexão do movimento.” (Nestor, Central)

A partir dessa, as assembleias passaram a agregar outras forças políticas:

“Quando foi na sexta à tarde, teve uma assembleia geral na CUT com todas as forças do movimento estudantil, onde se definiu que seria um movimento dos estudantes não mais só nosso, mas que não iria se levantar bandeira de nenhum partido, não iria se levantar bandeira de nenhuma entidade... o fórum seria dos estudantes. Na época os partidos concordaram, o PT, o PC do B, o PST, não, PC do B não concordou. Aí quando foi segunda-feira nós fizemos um ato à tarde. Na quinta-feira teve um ato dos estudantes do Landulpho Alves, na segunda-feira teve um novo ato do pessoal do Landulpho, e depois começou uma série de debates do pessoal que começou a participar do evento e, no dia 29, houve um grande ato de adesão, a gente chamou de ato de adesão, e todas as forças políticas participaram desse ato. Nós reunimos quase 4 mil estudantes. Foi um ato que parou a cidade... Aí, no dia 29 de agosto, a Revolta do Buzu tomou uma proporção gigantesca.” (Nestor, Central)

Numa das maiores assembleias, se não a maior, realizada no Iceia, no dia 9 de setembro, um dos encaminhamentos foi a definição de uma comissão para solicitar habeas corpus dos estudantes presos. Além disso, houve reafirmação das deliberações em relação às demandas dos estudantes: reduzir o valor da tarifa para R\$ 1,30, sendo congelada por um ano; utilização do Smart Card para cursos técnicos e pós-médios (pré-vestibulares); aumento da utilização do Smart Card de quatro para seis vezes ao dia; utilização do Smart Card por estudantes da área metropolitana e primeira via do Smart Card gratuita.

Nesse momento, havia grupos que já traziam a discussão de que a reivindicação deveria ser sobre o passe livre para os estudantes. Como conta um líder do Iceia: “[esses grupos justificavam] ‘porque no Rio de Janeiro a realidade é essa, (...) esse é o momento para discutir porque as pessoas estão nas ruas’” (Roseli, Iceia). Porém, como se tratava de uma discussão nova para os estudantes e deveria ser aprofundada, essa proposta não ganhou força entre eles.

Houve certo consenso entre as pessoas entrevistadas para esta investigação de que essa reivindicação seria uma proposta muito sofisticada, avançada, de mais difícil aderência por parte dos estudantes e que, portanto, não garantiria uma mobilização como ocorreu com a proposta de não reajuste do preço da tarifa. Alegavam que os estudantes não estavam preparados e havia necessidade de uma reflexão mais aprofundada, anterior ao momento de reivindicação nas ruas, para que consistisse, de fato, em um movimento pelo passe livre. Um jovem entrevistado explica:

“A mobilização contra o aumento da tarifa tem a capacidade de aglutinar mais jovens e estudantes do que a defesa do passe livre. Porque a primeira coisa que o trabalhador sente doer é o bolso. Quando se mexe com o bolso as pessoas passam a contestar mais. Não há tanta compreensão da importância, da dimensão política que pode ter o passe livre. Apesar de que você teria uma passagem mais cara por causa do passe livre, ainda assim ele possibilitaria a ida para a escola de um número maior de jovens, diferente do que você tem hoje.” (Virgílio, liderança do Colégio Iceia)

Ele analisa, ainda, que o direito à educação está diretamente atrelado ao direito ao transporte e que o mecanismo vigente não garante esse direito ao estudante:

“O Salvador Card é um instrumento de exclusão. Ele exclui o estudante carente da escola pública... Ele tem a capacidade de impor não só ao jovem, mas à sua família como um todo que o direito a educação passa pelo direito ao transporte...” (Virgílio, liderança do Colégio Iceia)

Outra assembléia que mereceria o registro, mas não poderá ser aprofundada aqui, foi a realizada no Ginásio dos Sindicatos dos Bancários, proposta pelas entidades estudantis, denominada por alguns entrevistados como a “Assembléia do acordo”, marcada por acirramento da divergência dos grupos estudantis e “*uma tentativa de desmobilizar o movimento*” (Marcos, curso pré-vestibular no centro da cidade).

Como forma de organização, os estudantes dos colégios do centro (Severino, Manoel Novaes, Teixeira de Freitas, Central e Odorico) se reuniam uma vez por semana e formaram uma comissão por colégios, entre os estudantes do próprio grêmio, de pessoas que deveriam participar de todas as passeatas. Organizaram, por exemplo, uma comissão de “segurança” com os alunos mais fortes e juntaram algum dinheiro para comprar água, alimentos para os seguranças e para o aluguel do carro de som.

No que tange à questão das demandas do movimento, nos depoimentos e nas frases de indignação expressas em cartazes e gritos de guerra, os estudantes procuraram afirmar reiteradamente o caráter social de sua reivindicação, isto é, insistiam na permanência nas ruas enquanto o valor da tarifa não fosse reduzido: “*Eu já falei, vou explicar: só vou embora quando a tarifa abaixar*” (Grito dos manifestantes, documentário Revolta do Buzu, 2004). A justificativa é de que, “*se [a tarifa] aumentar, não temos dinheiro para ir pra escola, porque nossos pais não têm como pagar*”. Como a jovem avalia:

“Chegou um determinado momento do dito ‘movimento estudantil’ que não era mais um movimento só de estudantes, ou que não tinha um perfil só de movimento estudantil. Por exemplo, você pega essa lista aqui de relação de escolas e entidades presentes na assembléia que aconteceu dia 9/9/2003 e tá claro que a grande maioria era de representações estudantis, de representantes das escolas; por outro lado, tem um grande número de entidades ou de grupos envolvidos com a questão social, eu posso citar a Unegro... diversos outros grupos que, se não estavam presentes maciçamente, em termos de números, na rua, estavam presentes nas moções, estavam presentes fazendo rodas de discussões nos seus grupos, tavam presentes discutindo, contribuindo de alguma forma para que as pessoas entendessem o que era aquilo que estava acontecendo.” (Roseli, Iceia)

Essa percepção leva os estudantes a buscar formas de estabelecer maior diálogo com a população, para difundir a compreensão de que a luta se traduzia em uma conquista para toda a sociedade.

“Chegou um determinado momento das manifestações que uma das estratégias não era mais parar o trânsito, mas era parar o ônibus, entrar no ônibus, tentar fazer com que todo mundo que subisse na Estação da Lapa, ou lugares estratégicos de grande circulação de pessoas, entrasse pela [porta da] frente do ônibus. E a gente conversava com o motorista e não deixava ninguém pagar a passagem e todo mundo entrava pela frente do ônibus. E a gente entrava no ônibus e tentava explicar pras pessoas o que era que tava acontecendo. Porque claro que chega um determinado momento que as manifestações estavam desgastadas...” (Roseli, Iceia)

Os manifestantes queriam ser atendidos pelo Poder Público e, dias antes dessa assembléia do Iacea, eles se concentraram em frente à prefeitura e ocuparam a Câmara dos Vereadores. Porém, no momento em que foram chamados à negociar, ocorreu uma grande divergência de opinião. Uma parte do grupo – que não era vinculada às entidades estudantis – não admitiu o processo de negociação, alegando que a demanda estava posta e tal processo consistiria em levar os manifestantes a ceder em sua reivindicação. Os representantes das entidades e de alguns grêmios foram recebidos, por 3 ou 4 vezes, pelo secretário Municipal de Transportes e, em uma ocasião, pelo prefeito Antônio Imbassahy. Durante as entrevistas, ficou claro que participaram aqueles que “chegavam primeiro”, ou seja, normalmente eram aqueles mais articulados politicamente, que tinham conhecimento antecipado do andamento das reuniões.

Ocorre que o acordo estabelecido com a prefeitura que previa a meia passagem dos estudantes favoreceria, de fato, essas entidades. Com isso, os estudantes acusavam as entidades estudantis de lucrar com a confecção de carteirinhas e de que esse acordo beneficiaria somente a elas mesmas e não a toda sociedade dependente do transporte público, como se esperava.

“Tem entidades, no movimento secundarista principalmente, que são entidades ‘cartoriais’, que estão aí apenas para fazer carteira estudantil e lucrar com essa iniciativa. A gente tem um mercado das empresas que fazem a carteira de estudantes, que não têm compromisso nenhum com as bandeiras históricas do movimento estudantil secundarista e se beneficiavam disso. Hoje a gente passa por um grave problema que as entidades estudantis, muitas delas, são correias de transmissão de correntes políticas.” (Virgílio, liderança do Iacea)

Nos anos seguintes à Revolta do Buzu, houve duas novas manifestações. Uma, em setembro de 2004, reunindo cerca de 400 estudantes, segundo jornais da época, e com gritos como “*Aqui ninguém é barão. Ou passe livre, ou paramos o buzão*”²³ tinha como pauta de reivindicação o passe livre para os estudantes secundaristas das escolas públicas e o congelamento da tarifa em R\$ 1,50 por mais dois anos. Afirmavam que havia uma intenção de aumentar a tarifa após o período eleitoral, no final daquele ano.

Outra manifestação em janeiro de 2007, de proporções bem menores, não contou com o apoio das entidades estudantis; ao contrário, a União do Movimento Estudantil – Umes de Salvador denunciou um provável esquema de favorecimento da prefeitura à UNE, UEB e Ubes para a confecção de carteirinhas²⁴ de meia-entrada – reivindicado também pela Umes – e, por essa razão, não aderiu aos protestos contra o aumento da passagem de ônibus.

4.2.1. Algumas percepções de lideranças entrevistadas

As entidades estudantis viam a Revolta do Buzu como um momento de trazer novos adeptos e incrementar seus quadros. Consistia em uma oportunidade para ganhar visibilidade, estar em contato com os jovens e de se aproximar de suas demandas.

Alguns jovens que já haviam vivenciado outros momentos e formas de mobilização, até mesmo com experiência de participação partidária, contam que se maravilharam com o ingresso de novos jovens na luta dos estudantes e testemunharam formas autênticas de manifestação: “*Estudante secundarista é massa; a juventude é participativa e tem capacidade de reinvenção*” (Raphael Cloux, professor do Iacea, estudante de História da Ucsal). Eles contam que preferiram até dar espaço para que esses alunos emergissem como sujeitos do processo. Como conta um estudante do Cefet:

“Eu quero enfatizar mesmo a independência que as pessoas tiveram naquela hora e a coragem! Eu via estudantes de 14 anos junto com estudantes de 20 anos e a inocência de um com a experiência de outro, só que esse de 14, cara-de-pau mesmo, geralmente essa galera não tem nada a perder mesmo, dizia assim: ‘Eu vou entrar no ônibus porque a gente tem que dar o recado pra população. Dizer por que a gente tá aqui’. Antes esse papel era puramente das instituições políticas... da Umes, da Abes, da UNE, dos grêmios, dos partidos, dos militantes de partido, das pessoas que tinham formação política. Aí você vê até o linguajar... Eu entrava no ônibus com as pessoas e evitava falar, porque eu

tinha aquela formação política já de grupo cultural, de partido político, de estar mais próximo dos grêmios... eu evitava falar porque a coisa mais linda do mundo é quando você chega dentro de um ônibus e [vê] aquela menina – porque eu também era um menino na época –, de maneira independente, conversando com a população no ônibus sem uma coisa planejada politicamente ‘que vai ter a revolução e a gente tem essa cartilha...’ [Ela dizia:] ‘a gente tá aqui porque a passagem tá R\$ 1,50, a gente não trabalha, nossos pais não vão ter como pagar e a gente vai liberar os ônibus de meia em meia hora. É só esse recado que a gente quer passar.’ É diferente se eu fosse falar: ‘Nós, estudantes de Salvador, estamos aqui reunidos nessa grande manifestação...’” (Raphael Sant’Anna, Cefet)

Percepções dos jovens entrevistados sobre ser jovem

Essas questões emergiram, na maioria dos casos, após o nosso questionamento, e não espontaneamente. Como resultado, observa-se que todas as pessoas entrevistadas têm uma visão muito positiva da juventude. A caracterização feita em torno da resposta à questão “O que é ser jovem para você?” está associada a:

– irreverência e liberdade: “alegria”, “entusiasmo”, “energia”, “vida”, “espírito”, “sagacidade”, “ousadia”, “criatividade”, “estado de espírito”, “sorriso no rosto”;

“Sou jovem. Não está na condição física, estrutura do corpo. Está em cada dia absorver o novo conviver com o que está aí, mas propor mudança. Momento que tem pra fazer tudo de ‘errado’ e depois consertar.”

“É uma atitude e uma forma de ver a vida.”

“Queria que o mundo todo fosse jovem.”

– capacidade de inovar: “vontade de mudar”, “transformação”, “contestação”, “rebeldia”, “capacidade de se indignar, não aceitar, reconstruir”;

“Há aquele que luta abnegadamente para mudar a sua realidade.”

“Ser jovem: misto dos elementos de idade, fisiológico e espírito. Pessoas que acreditam na construção da sociedade, nova era.”

“Jovem: o grande laboratório da sociedade, é onde ela se reinventa.”

“Jovem: um ser político na sociedade que tá em transformação.”

– fase: “de experiências importantes”, “redescobertas a cada dia”, “progride a cada dia”, “de mudança”, “transição”, “melhor fase”, “melhores experiências”, “viver intensamente as experiências”;

“Reconstrutor da sociedade, jovem está se descobrindo a cada dia; jovem não se resume: ele sempre progride; parâmetro da idade, capacidade, calor, força e rebeldia.”

– participação: “expressão positiva, pois estimula uma perspectiva de participação, mobilização para buscar seus direitos de cidadania, afirmação positiva”;

– momento de planos e decisões: “sonhos”, “escolhas”, “perspectiva de futuro”, “responsabilidade crescente”, “esperanças que se renovam”, “capacidade de sonhar”;

– evidência da pós-modernidade: “diversidade”, “é quem mais se organiza”.

“É complicado falar sobre o jovem específico, depende de cada bairro, escola... tem o surfista, o de igreja...”

As pessoas entrevistadas também teceram críticas quanto às construções pós-modernas de fortalecimento das diferenças e condições juvenis, reiterando, porém, que há jovens que vão em busca do que acreditam, superando as dificuldades impostas sobretudo pelas ideologias dominantes. Eles denunciam que o modelo de proteção e educação da sociedade brasileira, inserido em uma proposta de desenvolvimento econômico excludente, não garante os direitos juvenis – isto é, do indivíduo em formação, amadurecimento e momento de fazer escolhas – e pouco oferece para formação integral do jovem hoje, como explica um jovem:

“O jovem hoje é um sujeito adormecido da transformação social brasileira. A juventude hoje passa por uma crise de identificação. A pós-modernidade criou esta noção de diversidade juvenil: várias tribos, várias concepções de juventude, o que na verdade acho que é uma negação histórica do que é o jovem. O jovem é este sentimento, ele é rebeldia, ele é emoção, ele é alegria, ele é tristeza, são todos esses sentimentos vividos ao extremo que fazem parte da vida de todas as tribos juvenis que existem aí e que a pós-modernidade tenta consolidar e criar diferenças entre a juventude. O jovem é o mesmo, mas há leituras diferenciadas dos jovens. Existem jovens em situação diferente, mas eles não deixam de ser jovens. Existem coisas na juventude que são iguais para todo mundo em qualquer lugar do mundo. A rebeldia, o caráter da juventude de contestação, afirmação ideológica – pode parecer que estou um pouco romântico demais, mas não é – eu acho que todos esses elementos historicamente construíram a juventude, que foi iniciadora de movimentos que tomaram conta de praticamente todas as partes do planeta, hoje ‘ela’ passa por um momento de baixa... Hoje o jovem é um transformador social adormecido, apesar de que há aqueles que remam contra a maré. É um momento de baixa pelo seguinte: os sonhos, a utopia, a rebeldia, a contestação hoje, no momento que a gente tá vivendo, muito pouco vêm aparecendo, mas ainda há aqueles que acreditam nessa utopia, no sonho, na contestação, na energia da juventude. Todas essas pessoas que estão remando contra a maré que tá aí, que é a maré do baixo-astrol, da falta de utopia, muitos jovens estão deixando de sonhar, de pensar no futuro e isso tá ligado diretamente à sociedade que a gente tem. O jovem hoje tá entrando no tráfico de drogas – é uma alternativa de sobrevivência pro jovem da periferia. E aí, qual o sonho desse jovem? Ele tem noção de que vai morrer cedo. Se você conversar com um jovem desse ele vai te dizer: ‘Eu sei que a vida é curta, mas neste momento é o que eu posso fazer para sobreviver’. Então o sonho, a realização tão ficando para trás. Aí a gente vê, por outro lado, uma parcela maior de jovens entrando na universidade por causa de políticas compensatórias do governo, mas isso não resolve, porque a crise da juventude é muito maior, não se limita apenas à concessão de algumas bolsas de ensino -- ou não ensino -- superior, não se limita apenas ao Bolsa Família. Essa geração que tá aí hoje foi uma geração abandonada, e agora a sociedade brasileira paga esse preço, porque essa mesma juventude que foi abandonada durante mais de uma década é a juventude que hoje é facilmente conquistada pelo tráfico de drogas. Por quê? Porque ela vive em meio a um desenvolvimento econômico que necessariamente não gerou o desenvolvimento social que era preciso para atender as demandas da juventude.” (Virgílio, 22 anos)

Outra crítica recorrente que vale a pena ser registrada é a influência de comportamentos voltados para o consumo e modos de vida individualistas:

“Existe uma juventude muito voltada para o mercado. É a geração Coca-Cola, shopping center, influenciada pelas novelas e seriados enlatados.”

“Quando marcamos uma reunião para as 5 da tarde, os jovens sempre dizem que têm alguma coisa importante pra fazer. Quando você vai ver, eles vão assistir à Malhação [novela da Rede Globo].”

“Temos um câncer, que é a forma capitalista e liberal, transmitida através da [novela] Malhação, onde criam opiniões... É hegemônico, mas não é a cara da juventude!”

Uma dimensão que mereceria ser aprofundada do ponto de vista juvenil é a relação com os adultos, como eles os vêem. Afirmam que, em geral, são considerados imaturos, irresponsáveis, inexperientes. São excluídos dos processos de decisão quando os adultos estão envolvidos, como alguma questão no condomínio, no bairro, ou uma solicitação à direção escolar, ou à Secretaria de Educação. Quase todos os entrevistados já passaram por situações de constrangimento ou discriminação por ser jovem: “*O duro de ser jovem é que se sente excluído da sociedade (no trabalho, na educação, pela violência)*”. Situações dessa natureza ocorrem também entre os próprios jovens, na relação médico–paciente, como conta um jovem que questionava a razão de ser maltratado por um médico de um hospital público mesmo sendo jovem como ele.

A falta de emprego e a exigência de experiência são as principais preocupações expostas por todos os entrevistados quando inquiridos sobre as dificuldades enfrentadas pelos jovens²⁵.

4.3. Presença e ação no espaço público

No que diz respeito à relação com a prefeitura, os estudantes reivindicavam a reativação do Conselho Municipal de Transportes, criado pela gestão anterior à do então prefeito. Pleiteavam mais de um assento para seus representantes, a fim de contemplar outras organizações estudantis além das entidades tradicionais.

Os entrevistados, no entanto, ao relatarem suas dificuldades em ser jovem, revelam que, na realidade, gostariam de ser reconhecidos como pessoas que podem oferecer sua contribuição onde quer que estejam: numa reunião de bairro, de escola, na organização de algum evento, inclusive voltado para os jovens.

4.3.1. Relações com os outros atores mapeados (sociedade civil)

Os estudantes foram apoiados, durante as manifestações, pelos atores a seguir, que incorporaram a demanda pela gratuidade da passagem para o segmento que representavam em suas agendas institucionais:

- Movimento dos Sem Teto de Salvador – MSTS;
- Federação das Associações de Bairros de Salvador – Fabs;
- Movimento dos Trabalhadores Desempregados;
- “Conselho de Acessibilidade” – Cocas;
- Estudantes do Cefet;
- Os grêmios e suas instâncias de articulação (Fóruns Intergrêmios dos Colégios do Centro e da Periferia), os DCEs da UFBA e da Universidade Católica;
- Trabalhadores da feira de São Joaquim;
- População em geral: motoristas, comerciantes, policiais.

4.3.2. Relações com organizações mais amplas (e intergeracionais) como centrais sindicais, coordenação do Fórum Social Mundial, partidos políticos etc.

As organizações abaixo apoiaram as entidades estudantis oferecendo infra-estrutura de carro de som, faixas, cartazes e folhetos. No caso dos partidos políticos, os vereadores e deputados estaduais acompanharam em peso as discussões entre estudantes e prefeitura.

- Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Sindicato dos Bancários;
- Partidos políticos: PT, PC do B, PSTU, PMDB.

4.3.3. Relações com a mídia

A mídia local teve papel muito significativo no contexto das manifestações da Revolta do Buzu. Deram muita visibilidade ao evento recorrendo a esquemas de cobertura que deslocavam grandes equipes e produziam matérias relativamente extensas (várias páginas, *Caderno Dez*²⁶ especial, fotos grandes na primeira página, no caso do jornal impresso, e longas tomadas de cobertura ao vivo na TV) a partir do momento em que tiveram a percepção da dimensão dos fatos.

Os estudantes entrevistados apontam com muita clareza as contribuições e as armadilhas preparadas pelos veículos.

“Acho que a TV Bahia [filhada à Rede Globo] cumpriu o papel dela. Como a TV Bahia tinha uma ligação direta com o bloco de poder que tava na prefeitura, ela se posicionou contra, tentava criar uma imagem negativa do movimento, a ponto de ser expulsa numa mobilização. Os outros instrumentos de mídia, a exemplo do Varella [apresentador de um programa bastante popular na TV Itapuã, filiada à Rede Record] e dos outros canais que têm maior inserção e popularidade, esses em alguns momentos apoiaram e em alguns outros foram contra. O Varella teve uma postura muito vacilante, ora ele defendia, ora ele batia assim como os outros canais. Muitas vezes a mídia é ligada a um bloco de poder e tem que conservar a relação com esse bloco de poder para garantir, inclusive, que ela sobreviva.” (Virgílio, Iceia)

Guilherme Ragepo, estudante de Comunicação Social, em seu trabalho de conclusão de curso²⁷, afirma que:

“A Rede Bahia e, principalmente, as empresas de comunicação que fazem parte do grupo empresarial em Salvador encararam o episódio como baderna, dando um tom pejorativo às queixas, conforme análise das matérias de impressos, emissoras de TV e rádio e internet. Em alguns momentos, as equipes de reportagem foram agredidas verbalmente pelos estudantes. O motivo pode estar diretamente ligado à estreita relação da rede com o grupo político que governa a cidade, o carlista. As empresas da Rede Bahia são controladas por parentes e sócios de Antônio Carlos Magalhães, senador do PFL, Partido da Frente Liberal.” (RAGEPO, 2005, p. 12)

Assim como a Rede Bahia, o jornal impresso *O Correio da Bahia*, pertencente ao grupo político ligado a Antônio Carlos Magalhães, foi utilizado como um instrumento de coação desse grupo ao então prefeito, Antônio Imbassahy, através principalmente dos editoriais, a fim de que ele contivesse as manifestações com o uso da força da polícia militar. Medida que o prefeito não admitia tomar para que não se repetissem os episódios de confronto ocorridos no Maio de 2001.

“Já os jornais impressos, eu acho que o A Tarde faz uma cobertura belíssima, muito boa, em muitos momentos favorável ao movimento, tanto é que ele cria uma marca: ‘A rua é deles.’” (Virgílio, Iceia)

Essa opinião é partilhada pelos demais entrevistados, como explicita o grupo da Abes: “*O jornal A Tarde foi um grande instrumento de luta dos estudantes*” (Diego, atual presidente da Abes).

A despeito da postura desse jornal durante as manifestações, o anúncio do resultado das negociações com a prefeitura critica o desempenho dos estudantes, como registra o dirigente nacional da UNE:

“A negociação foi um momento de inflexão também. Foi um momento que houve uma radicalização de alguns segmentos, que o A Tarde até jogou isso ‘os estudantes ganham chiclete e param de manifestar’ – era a posição do jornal A tarde, uma charge assim, um estudante de mochila, recebendo um chiclete de um homem de gravata, supostamente da SETPS. O A Tarde quis dizer que todas essas conquistas eram apenas um chiclete, com o que eu discordo, foram dez anos batalhando isso aí (...). A gente teve uma vitória histórica, expressiva e o A Tarde jogou na vala comum, como se não fosse nada, por quê? Porque não reduziu a tarifa. (...) Foi uma visão maniqueísta.” (Augusto, UNE)

4.4. Percepções de distintos atores e mediadores sobre temas recorrentes nas agendas públicas contemporâneas

As percepções dos atores e atrizes da Revolta do Buzu acerca de temas presentes nas agendas contemporâneas como sexualidade e direitos reprodutivos; ecologia e meio ambiente; violência e processos migratórios foram aferidas durante as entrevistas, especialmente através do recurso conhecido como “bate-bola”. Foi solicitado aos entrevistados que, a cada tema citado, expressassem suas idéias apenas com palavras ou frases.

Em alguns momentos, pelas reações esboçadas com olhares, gestos, risos, parecia que a opção pela resposta foi orientada por uma postura “politicamente correta” em apoio às minorias. Esse foi o caso, por exemplo, do tema “casamento entre pessoas

do mesmo sexo”, ou mesmo quando era perguntada (no início da entrevista) a origem étnica/cor, e alguns comentavam que era necessário que todos nos reconhecêssemos como afro-descendentes, como uma forma de política afirmativa. O tema “sexualidade na vida do jovem hoje” causou surpresa e até certo constrangimento no momento em que era colocado na entrevista. “Liberdade” foi a palavra usada com mais frequência para caracterizá-lo. Os jovens mais velhos (dois acima de 30 e um acima de 26 anos) consideraram “*promíscua*” (isto é, banalização dessa forma de expressão, predominância de superficialidade e relacionamentos efêmeros), “*irresponsável*” (falta de cuidados, proteção) e que “*necessita de mais responsabilidade*”. Do ponto de vista individual, é um momento de muita confusão, amadurecimento, definição, escolhas.

Apesar das transformações do papel da mulher na sociedade nas últimas décadas, de maneira geral eles avaliaram que a igualdade entre homens e mulheres ainda consiste em uma meta a ser alcançada. Suas respostas revelam que, para eles, essa é uma questão central que precisa ser mais debatida, trabalhada, pois disso depende “*o avanço da sociedade*”.

O tema relacionado à ecologia e ao meio ambiente evidencia uma preocupação com um futuro que está próximo, em que não só a “vida do planeta”, mas do próprio jovem está comprometida caso não sejam tomadas medidas urgentes (governamentais, empresariais e individuais).

Muito mais que um debate em busca da ampliação de direitos de cidadania, a questão da violência ocupa papel de extrema relevância na vida do jovem atualmente e consiste em um dos principais signos sob os quais a juventude contemporânea vive (NOVAES). Esse foi o único tema pontuado espontaneamente com mais frequência pelos jovens ao longo das entrevistas (devido à violência e perseguição policial vivida por alguns no contexto da Revolta do Buzu, ou ainda, quando se referiam à discriminação dos adultos e da sociedade por serem jovens), que se mostraram bastante sensíveis à questão. Eles demonstravam indignação e apontavam necessidade de ações do Estado e da sociedade. Alguns afirmaram que há diversas formas de violência, além do fato de os negros e pobres serem os mais atingidos.

“Migração dos jovens pelo país” foi o tema que sentiram mais dificuldade em abordar, não obstante a convivência com essa realidade. Em alguns casos o associaram à busca de novas experiências, mas a grande maioria o relacionou à falta de opções de sobrevivência, educação e trabalho nos lugares de origem. Um jovem afirmou: “*Quando é intercâmbio, ótimo, porque eleva a capacidade de conhecer outros lugares, outras culturas, outras formas de pensar; quando é necessidade de sobrevivência é um grave problema social*”. A “migração dos jovens pela América do Sul” também foi considerada uma oportunidade para vivenciar experiências culturais, se não ocorrer em um contexto de falta de alternativas de sobrevivência.

Metade dos jovens entrevistados declarou não ter religião e os demais admitiram alguma religiosidade sem a preocupação em vincular-se a nenhuma específica. Em relação às outras religiões (isto é, diferente da que eles seguiam ou acreditavam), cinco jovens afirmaram respeitar, inclusive pela “*pluralidade para manter a democracia*”. Os demais fizeram referências à religião como meio de “*dominação, alienação, ilusão*”.

Os entrevistados mostraram-se bastante solidários com seus pares com deficiência. Analisam a questão do ponto de vista dos direitos (concretizados nas políticas públicas) e da invisibilidade do jovem com deficiência (pelo Estado, pela sociedade). Reconhecem que o jovem com deficiência sofre duplamente (por ser jovem e pelas necessidades especiais), mas suas especificidades o diferenciam como qualquer outro traço específico, como declara um jovem: “*São tão diferentes quanto aqueles que se dizem normais. É uma questão de respeitar a diferença*”.

Finalmente, em relação à integração da América do Sul, um dos pontos centrais que este estudo se propõe a investigar do ponto de vista juvenil, os estudantes entrevistados identificaram a necessidade de os brasileiros se aproximarem mais dos países

vizinhos, sobretudo pela história de colonização, dominação e luta em comum. Um rapaz e uma moça fizeram menção “ao sonho de Simón Bolívar”, de unidade dos países, e um deles afirmou que essa unidade deverá ser alcançada pelos movimentos sociais e não pelo Mercosul (Mercado Comum dos Países do Cone Sul).

Tema:

Sexualidade do jovem hoje

Respostas:

“Confusão”; “Promíscua”; “Afirmação da liberdade sexual”; “Boa”; “Muita discussão precisa ter”; “Uma fase”; “Em avanço, mas ainda é um grande tabu”; “Tem crescido no respeito à diversidade”; “Tá mais liberada, agora tem que ser com responsabilidade”; “Liberdade”; “Liberação”; “Imatura”; “Muito irresponsável”.

Observações:

Há a percepção de que a atual geração convive com mais liberdade, mas às vezes chega à promiscuidade (isto é, banalização dessa forma de expressão, superficialidade e relacionamentos efêmeros) e à irresponsabilidade (falta de cuidados, proteção). Do ponto de vista individual, é um momento de muita confusão, amadurecimento, definição, escolhas.

Tema:

Igualdade entre homens e mulheres

Respostas:

“Direito”; “Crescente”; “Uma necessidade para a sociedade”; “Fundamental”; “Precisa ter um debate melhor para a gente chegar a isso”; “Precisa muita conscientização ainda”; “Uma necessidade”; “Ainda um objetivo”; “Evoluiu, percebo uma integração, do que ‘na minha época’”; “Diferença”; “Respeito às diferenças”; “Evolução”; “Extremamente importante para o avanço da sociedade”; “Fundamental para a sobrevivência”.

Observações:

Respostas breves e rápidas. Admitem que existem lacunas, problemas, ainda falta compreensão e prática, mas já há “um avanço” nesse campo e a sociedade está mais aberta a novas transformações. Parecem considerar como uma questão fundamental para as relações sociais.

Tema:

Casamento entre pessoas do mesmo sexo

Respostas:

“Minha vida pessoal! Normalíssimo”; “Necessidade de Estado laico verdadeiro”; “Opção”; “Um direito”; “Normal”; “Concordo”; “Direito de escolha”; “Extremamente importante”; “Uma grande disputa na sociedade”; “Natural. União civil com garantias de direitos pode ser o caminho, casamento é uma coisa mais pra frente”; “Normalidade”; “Excelente”; “Liberdade de escolha”; “Tenho veto. Deus criou o homem para a mulher. Fico com o dogma religioso”.

Observações:

Respostas breves e rápidas, associadas ao direito à escolha e à liberdade; procuram naturalizar a questão. Pareceu, em alguns momentos, que estavam optando por uma resposta “politicamente correta”. Ressaltam a necessidade de distinção entre Estado e as Igrejas. Houve um caso de oposição, recorrendo à questão religiosa.

Tema:

Ecologia e meio ambiente

Respostas:

“Meio todo”; “Vida pessoal”; “Conseguir fazer com que ecologia e meio ambiente sejam associados com minha prática de vida e

não como um tema”; “Prioridade”; “Fundamental para garantir a reprodução da vida”; “Vida”; “Passo”; “Preservação”; “Menos lucro, mais investimento, mais Estado, menos privado”; “Faz parte de uma política de desenvolvimento sustentável”; “É um problema que tem que ser discutido. (...) Acho que principalmente os jovens têm que se preocupar com isso porque o futuro do planeta está comprometido e necessariamente o futuro do jovem. O jovem tem que discutir e participar dessa pauta”; “Respeito e proteção”; “Sem isso a gente vai morrer”; “É como as pessoas precisam se ver no mundo. Se não conseguem ver que o meio ambiente é parte deles mesmos, vai dar o que tá dando aí”; “Deveria ser mais cuidada”; “Se faz muita zoada, mas se trabalha pouco. As organizações se enriquecem”.

Observações:

A questão do aquecimento global e o comprometimento da vida no planeta estão muito presentes na mídia, especialmente após a divulgação do relatório das Nações Unidas sobre as recentes mudanças climáticas. Os jovens denunciam a preocupação com o discurso e a quase inexistência de ações para minimizar suas causas. Relacionam à existência futura da humanidade.

Tema:

Violência na vida dos jovens

Respostas:

“Falta de garantia e apropriação dos seus direitos”; “Falta de perspectiva”; “Uma realidade”; “Terrível, horrorosa”; “Não dá para continuar assim, precisa mudar”; “Tem que ser extinta”; “Cotidiano: todas as formas de violência”; “Não se resolve com a redução da maioria penal”; “Acontece de diversas formas. Atinge de forma muito mais grave e vai até as suas últimas consequências com o jovem negro e pobre. São os que mais sofrem todos os tipos de violência, inclusive a de maior grau, que é a física”; “Assassinato, agressão”; “Basta!”; “Demasiada”; “Arbitrariedade/ descaso do Estado”; “Problema da sociedade”; “Necessidade de uma intervenção urgente do Estado”.

Observações:

Causou reações de indignação; denunciam que o jovem sofre vários tipos de violência, em especial os negros e pobres. Cobram responsabilidades do Estado e da sociedade.

Tema:

Migração dos jovens pelo país

Respostas:

“Busca de uma vida melhor e de estabilidade”; “Falta de perspectivas localizadas (ex.: semi-árido)”; “Uma consequência da realidade em que vivem”; “Natural”; “A depender da forma, busca de experiência”; “Alternativa”; “Quando é intercâmbio: ótimo (porque eleva a capacidade de conhecer outros lugares, outras culturas, outras formas de pensar); quando é necessidade de sobrevivência: um grave problema social”; “Busca de emprego e de conhecimento. Busca de novas possibilidades”; “É um absurdo porque as pessoas migram muito mais por necessidade do que propriamente por vontade. Acho que os governos estaduais, regionais poderiam discutir desenvolvimento regional para dar oportunidade para as pessoas ficarem no seu lugar de origem. Ter oportunidade de estudar, crescer, trabalhar ali, porque a relação do homem com o lugar é uma coisa muito importante, forte e você se deslocar para outro lugar é muito complicado. Pode ter possibilidade, mas não dessa forma que é colocada”; “Busca de respeito, de ter os objetivos alcançados”; “Interação e troca de experiências”; “Falta de oportunidade”; “Passo”; “Natural, importante a busca de novas culturas”.

Observações:

Maior hesitação pela menor familiaridade com o tema. Os entrevistados se dividiram nas opiniões a respeito da experiência cultural e da falta de oportunidade em sua terra de origem.

Tema:

Migração dos jovens pela América do Sul

Respostas:

“Uma necessidade, lazer”; “Busca de mercado/ trabalho”; “Um exemplo de rebeldia”; “Natural. Quer ir, pode ir, quer estudar, conhecer novas culturas, normal”; “Tem que ter muita cautela”; “Buscar idéias”; “Intercâmbio. Busca de conhecimento”; “Se for aberta e por livre e espontânea vontade, as pessoas não devem ser forçadas para isso, seria uma boa. É importante que as pessoas migrem por opção. Tenham a oportunidade de viver bem em seu país”; “Experiência e informações”; “Troca de informações. Conhecimento de novas culturas”; “Tentativa de conquistar um ‘lugar ao sol’, conseguir alguma coisa”; “Integração entre os povos”; “Questão socio-econômica. Ausência de perspectivas melhores em seu país de origem”.

Experiência cultural e meio de informação, por um lado, busca de melhores alternativas de vida, por outro.

Sua religião “Não tenho”; “Capoeira angola”; “Não tenho – ia dizer o [time] Bahia”; “Tenho um lado espiritual, independente de religião. Eu acredito em forças superiores, mas na religião em si, não. Eu já fui da Igreja Católica”; “Não tenho. Se tivesse seria do candomblé”; “Agnóstica”; “Não tenho. Fui criado dentro do cristianismo. Minha mãe é protestante”; “Sou cristão ‘legal’”.

Observações:

Metade dos entrevistados declarou não ter religião. Os outros declararam sua religiosidade sem aderir a nenhuma religião específica.

Tema:

Outras religiões

Respostas:

“Se todas elas existem é porque existem grupos de fé que acreditam nisso. Então existe uma razão para que elas existam, mas anterior à discussão de religião tem que haver a discussão de Estado laico para que essa religião não interfira nos direitos sociais”; “Respeito”; “Algumas representam uma afirmação de um povo; outras, alienação dos desesperados”; “Gosto da Renascer, por incrível que pareça, com todas as confusões aí, eu gosto da Renascer”; “Ponto de segurança para as pessoas”; “Fraterno”; “Formas de dominação ideológica”; “Busca pela superação das dificuldades que o ser humano passa. Ilusão”; “É preciso respeitar todas”; “Respeito”; “Pluralidade para manter a democracia”; “Eu sou a favor do ecumenismo. Toda religião tem que ter o seu espaço. Ela cumpre a sua função boa e ruim. Eu não tenho religião. Tenho umas andanças ecléticas. Freqüento mais como degustador”; “Tá sendo problema para a sociedade”.

Observações:

Os jovens, em parte, respeitam. Porém, alguns consideram um problema para a sociedade.

Tema:

Jovens com deficiência

Respostas:

“Ampliação de garantias de políticas públicas para a juventude numa forma geral”; “Exige ação solidária permanente”; “Precisam ser enxergados como normais”; “Natural, não é? Ser humano. Compreender e amar”; “Cuidar e dar oportunidade”; “Especial”; “Fruto das debilidades do sistema”; “Necessidade de políticas públicas do governo para atender esses jovens”; “O Estado não atenta para isso... É preciso que o Estado saiba separar isto: portadores de deficiência e jovens portadores de deficiência. Política pública específica para isso”; “Respeito aos seus direitos como jovens e cidadãos”; “São tão diferentes quanto aqueles que se dizem normais. É uma questão de respeitar a diferença”; “O jovem em geral já tem dificuldade de acesso, mesmo sem nenhuma necessidade especial. E o jovem e portador de necessidade especial é um dos mais afetados. Resumindo: há necessidade de criar espaço na sociedade para essas pessoas, não se pode excluí-las”; “Deveria ter assistência, mais atenção”; “Precisam de atenção e não de pena”.

Observações:

Os jovens são solidários com seus pares com deficiência. Analisam a questão do ponto de vista dos direitos e da invisibilidade do

jovem com deficiência, que sofre duplamente (por ser jovem e pelas necessidades especiais). “São tão diferentes quanto aqueles que se dizem normais. É uma questão de respeitar a diferença.”

Tema:

Integração da América do Sul

Respostas:

“Discussão primária para avanço, em termos de economia. Discutir a Alca”; “Via movimentos populares/sociais, não através do Mercosul”; “Fundamental para a construção de uma nova sociedade, uma pátria latino-americana. O sonho de Simón Bolívar. Concordo plenamente com ele”; “Fundamental. Importante”; “Imprescindível”; “Novos caminhos”; “Uma necessidade. Continente único”; “Realizar o sonho de Simón Bolívar. Revolução bolivariana”; “Eu acho que é uma perspectiva de futuro. A gente deseja uma integração, uma globalização que seja mais humana, que respeite os direitos do homem e da mulher em todos os seus aspectos”; “Articulação política e pluralidade”; “É bom e inevitável”; “A gente passou muitos anos da nossa história olhando para a Europa e pra outros locais. Não olhamos para nossos vizinhos que passaram por experiências de exploração, opressão muito similares à nossa e desenvolveram processos políticos muito similares ao nosso. Tem que ser pauta dos movimentos sociais a sua organização com os movimentos da América Latina (intercâmbio)”; “Importante para o desenvolvimento dos países”; “Caso a ser pensado”.

Observações:

“Construção de uma pátria latino-americana.” Apontam para a necessidade de reconhecer as semelhanças das trajetórias entre os países vizinhos e de realização do sonho de Simón Bolívar.

4.5. Ações e percepções dos atores e/ou mediadores sobre ações afirmativas e valorização da diversidade²⁸

Lançando um olhar sobre a questão da valorização da diversidade de gênero no interior das organizações que se destacaram na manifestação de 2003 e cujos representantes foram entrevistados, naquele período, havia uma grande presença feminina, como é possível verificar entre as pessoas entrevistadas pelos jornais e documentários da época. No entanto, a presença feminina entre as lideranças das organizações e coletivos juvenis foi bastante inferior à masculina. Nas eleições para entidades como UNE e Abes, ou para o grêmio do colégio Iceia, porém, constata-se a emergência de novas atrizes na cena pública.

5. Considerações finais: efeitos sociais e repercussões políticas

O presente relatório teve como propósito caracterizar a situação-tipo Revolta do Buzu como uma série de manifestações protagonizadas pelos jovens estudantes do ensino médio de Salvador em resistência ao aumento do valor da tarifa do transporte público. Constatamos pela repercussão, pelos desdobramentos e, sobretudo, pelos relatos das pessoas entrevistadas que esse evento foi um marco na história da cidade, das organizações e grupos estudantis e dos jovens que dela fizeram parte.

“O que mais me marcou pessoalmente eu acho que foi o momento em que nós ocupamos a Câmara Municipal de Salvador, dia 29 de agosto, que é o momento em que eu saio na sacada, como a mão estendida e grito...Aquele momento ali pessoalmente serviu para consolidar e fazer com que eu entendesse o meu papel de transformador da sociedade brasileira.” (Virgílio, Iceia)

A despeito da grande polêmica gerada em torno da iniciativa da revolta, o fato relevante reside na constatação de que, na realidade, ela consistiu em várias manifestações e não em uma única gigantesca. O mérito das organizações e grupos estudantis que

estiveram o tempo todo animando, propondo reflexões e estratégias não está em terem arquitetado tal feito, mas em estarem sensíveis ao peso que o aumento da tarifa de transporte iria acarretar no orçamento familiar e no direito do estudante de freqüentar a escola.

O episódio só foi possível, em nossa avaliação, por existir em Salvador uma juventude muito participativa, que busca espaços de atuação na cena pública e de encontro com seus pares, interessada nas questões sociais e políticas e, a seu modo, reflete e opina, recorrendo à arte, cultura, esporte, lazer, mas também a formas institucionalizadas como os partidos políticos e movimentos sociais. A escola é o locus privilegiado do encontro, da produção de demandas, da emergência de idéias, da fruição da sua condição juvenil. Constatamos que os atores – adultos ou mesmo outros jovens – que desempenham algum papel na orientação do jovem ampliam as oportunidades de forjar esses sujeitos livres, autônomos, autênticos e autores de suas histórias.

A identificação da questão do transporte como política que abrange toda a família e a sociedade de modo geral foi um dos principais argumentos que fizeram com que os estudantes sustentassem suas manifestações por tanto tempo. A afirmação do “caráter social” (no sentido de que atende à população em geral) e não “apenas” estudantil tornava a luta mais nobre de certa maneira. Na compreensão deles, ela era legitimada por não estar restrita aos interesses dos estudantes, mas por ser uma reivindicação de amplo alcance social. Por não terem obrigações com o mercado de trabalho, eles se viam como o único segmento livre e desimpedido para gastar horas e dias seguidos em tal empreitada.

“Nossos pais não podem brigar. Lembro que minha mãe um dia me deu 10 reais e disse: ‘Toma aqui, meu filho, eu sei que você fica lá sem comer, sem tomar água’. Eu sei o sacrifício, na época, de minha mãe de me dar 10 reais. A gente ficava o dia todo ali. Quem é que pode ficar o dia todo na frente de um ônibus, na rua? Nossos pais estão condicionados ao mercado de trabalho e nós não. Nós não somos uma classe, não tem aquele negócio de sindicato. [O jovem] não é forte politicamente, mas tem força física, porque é jovem, tem uma mente bem receptiva a várias idéias, pode ser de direita, de esquerda. Então, eu acho que foi por isso que foi possível os jovens assumirem esse papel!” (Raphael Sant’Anna, Cefet)

As diferenças, as contradições e os embates ideológicos entre os grupos juvenis ficaram evidentes com as expectativas diante das conquistas almejadas. Num primeiro momento, alcançaram êxito aquelas entidades que já possuíam tradição e articulação política, considerando-se vitoriosas em seus pleitos. Num segundo momento, ouve-se o coro dos estudantes que resistiram nas ruas e não tiveram voz ativa nas rodadas de negociações. Estes, cidadãos invisíveis no dia-a-dia para a sociedade, para o Poder Público, para as próprias entidades estudantis, não se calaram enquanto havia fôlego.

Esse fato que prolongou por quase 20 dias as paralisações do trânsito, exigindo uma resposta concreta da prefeitura, que buscou então no governo federal aquela que considerou a única saída possível para equilibrar interesses e necessidades, dos empresários do setor de transportes e dos estudantes, respectivamente. A Carta de Curitiba, resultado do encontro do Fórum de Dirigentes das Cidades-Sedes das Regiões Metropolitanas, propôs, em 2003, as seguintes medidas – até hoje sem resultado:

- redução e eliminação do Imposto sobre Serviços – ISS (imposto municipal) sobre transporte urbano ou fixação de uma alíquota máxima nacional reduzida, de 2% ou 1% (o que exige lei complementar, a ser aprovada pelo Congresso Nacional);
- redução da carga tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (estadual), direta e indireta, sobre os insumos do transporte público urbano;
- isenção da cobrança de Cide, Cofins e PIS (federais) na venda de óleo diesel e outros insumos para empresas de transporte urbano local.

Outras manifestações ocorreram em 2004, 2005 e 2006, em proporções menores, lideradas pelas entidades estudantis de expressão nacional. Entre congelamento de tarifas e outras demandas incorporadas (como o combate à corrupção, em 2005, e a liberação dos recursos do programa Pró-Jovem, do governo federal, em 2006), em todos os anos a reivindicação principal esteve voltada para a obtenção do passe livre, demanda que está longe de ser incorporada pelo poder público local e já foi reiteradamente negada pelos representantes governamentais.

Em relação à integração das juventudes da América do Sul, a opinião dos jovens entrevistados aponta para uma grande disposição nesse sentido. Em resposta à questão proposta sobre o assunto no roteiro da entrevista, eles afirmam ser fundamental a aproximação cultural, a troca de experiências, também do ponto das organizações juvenis e suas demandas, a fim de que sejam colocados em evidência os aspectos comuns existentes, como a história de colonização, a experiência de governos ditatoriais, as profundas desigualdades econômicas e sociais, a luta contra o imperialismo norte-americano etc.

“Eu acho que essa interação entre os jovens de outros países passa inclusive pelas próprias experiências do ponto de vista cultural. Esse elemento cultural é fundamental, porque vai realmente ao encontro da realidade objetiva que cada um vive dentro de seu país.” (Virgílio, Iceia)

De maneira geral, percebem que a via para integração reúne elementos que não estão restritos aos acordos econômicos estatais, mas há muito a ser feito a partir da educação e cultura. Alguns mencionaram as diferenças das línguas oficiais predominantes (português e espanhol) como um desafio a ser enfrentado para que se viabilize uma maior aproximação do Brasil com os países de língua espanhola:

“Na minha opinião, o povo brasileiro é o único povo mais distante da América Latina, único que não fala espanhol. Acho que a gente deveria aprender a falar espanhol e forçar que outros países aprendam o português. Acho que a questão cultural da língua pode ajudar a evoluir para um nível muito melhor.” (Diego, presidente da Abes)

O presidente da UEB ressalta a necessidade de construção de estradas de acesso entre os países, além de considerar que “O Brasil vive de costas para os ‘hermanos’”:

“Acho que tem que ter um movimento de Estado mesmo. A estrutura [de comunicação] do Brasil com o restante da América é muito ruim. Nós não temos vias terrestres suficientes que liguem o país aos outros países. Nós temos uma estrutura que dificulta, inclusive geograficamente. Há necessidade de o Estado mudar essa lógica. Nós não temos uma boa relação com os países da América do Sul do ponto de vista econômico, político. Agora tem melhorado... esses governos, não só o Lula, mas dos outros países tão tendo outra relação. Mas à custa de centenas de anos que não se teve essa relação. Então é preciso imprimir muito esforço para conseguir quebrar essas barreiras que existem.” (Juremar, presidente da UEB)

A representante da UNE concorda que o Estado tem papel importante para atingir essa finalidade e a conjuntura atual em que a esquerda governa nos principais países é bastante favorável para a implementação de ações nesse sentido:

“Acho que atualmente o Brasil avançou muito na política externa nessa relação com os países da América Latina. Tanto que nós conseguimos romper essa lógica de que o Brasil deveria manter essa assinatura com a Alca... O Brasil não assinou o acordo da Alca. E esses novos governos que foram eleitos no Uruguai, no Chile, na Venezuela, na Argentina também, isso ajudou muito a mudar um pouco o cenário, na América Latina, de fortalecimento e integração. Então, acho que a gente tá num contexto, digamos assim, de um terreno fértil!” (Daniele, ex-diretora da UNE)

Ela se lembra de alguns projetos que buscam criar condições e espaços para a integração latino-americana (ou seja, não apenas dos países da América do Sul):

“Um projeto que a gente vem discutindo e vem incentivando que o governo venha a implementar é o projeto da Universidade do Sul, da Universidade Latino-Americana, que é a relação do Brasil e de outros países a partir do Rio Grande do Sul. Fazer uma universidade brasileira que absorva estudantes de outros países, como Cuba faz.

Outra coisa que eu acho que o Brasil precisa ter a iniciativa: a TV Sul também, que a Venezuela meio que foi protagonista nisso, uma rede de televisão que englobasse a América Latina. Então, acho que tem tido algumas ações, que tem tido alguns avanços. Agora nós precisamos escapar muito da relação econômica, que foi fortalecida com esses governos atuais, mas precisamos ir para o campo das comunicações, da educação para que a gente possa entender que a integração exige um conjunto de elementos que venham a fortalecer além do campo econômico.” (Daniele, UNE)

Em comparação com outros países da Europa e da América do Sul, um dos entrevistados observou que o governo brasileiro ainda está muito aquém no campo das políticas para juventude e que foi através do intercâmbio, do conhecimento da realidade de outros países que pôde constatar essa realidade:

“A gente acha interessante o sistema universitário da Argentina, que não faz vestibular; claro que há dificuldades emblemáticas na universidade na Argentina, estruturais até, mas há um avanço no acesso. No Brasil, tá se discutindo agora, tá acordando, através do ProUni e de outros instrumentos de acesso à universidade. Por que o estudante não pode deixar de ter acesso à universidade simplesmente porque não pode pagar?” (Nestor, presidente do grêmio do Colégio Central)

O presidente do Fórum Intergrêmios da Periferia manifesta sua preocupação com o formato de ações de intercâmbio voltadas para os jovens e faz uma sugestão:

“Eu não conheço nenhuma iniciativa desse tipo, acho a melhor forma é trabalhando as culturas, conhecendo melhor as pessoas, fazendo festivais... vendo os pontos em comum... [de uma maneira] um pouco menos política, ou melhor, como se fosse um Fórum Amazônico, porém, voltado mais para a juventude. Algo mais lúdico. O Fórum Amazônico tem essas discussões, mas tem uma estrutura um tanto quanto rígida e tem jovens de alguns setores da sociedade que não se sentem atraídos por esse tipo de coisa, entendeu? Então, trabalhar a política, a cultura, a arte de uma forma um pouco mais lúdica acho que ajudaria a aproximar o jovem da política.” (Rosenilton, Fórum Intergrêmios da Periferia)

Finalmente, o jovem integrante do Movimento Passe Livre – MPL e estudante do Cefet em 2003 sugere que a proposta de integração deveria ter esta questão orientadora:

“Como os jovens podem influenciar os governantes de seus países de forma incisiva? E não é só política para jovem, não, a gente não tem que debater só política para jovem, a gente quer debater política pra tudo: política de produção em nosso país, política pros nossos pais, também. Por que nossos pais podem debater políticas para gente e a gente não pode debater políticas para eles?”

Concluindo, a Revolta do Buzu consistiu em uma experiência inesquecível para toda uma geração de estudantes da cidade de Salvador, determinando novos caminhos na vida de muitos estudantes que passaram a integrar algum tipo de organização (juvenil ou não), ao reconhecer o potencial da participação enquanto jovem. Confundem-se, nesse episódio, os discursos articulados e bem preparados de quem vem se formando nas cartilhas partidárias com a marca da juventude contemporânea que apresenta o gestual do hip-hop, as roupas coloridas, as gírias, a “cara pintada” de verde, amarelo, azul e preto, a irreverência na forma de se manifestar e “dar o seu recado”, tudo isso flagrado nos documentos do episódio.

SIGLAS

Abes - União Brasileira de Estudantes Secundaristas
Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica
CMI – Centro de Mídia Independente
FSM – Fórum Social Mundial
Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Iceia – Instituto Central Isaías Alves
MPL – Movimento Passe Livre
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PFL – Partido da Frente Liberal (hoje Democratas)
PT – Partido dos Trabalhadores
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PSOL – Partido Socialista de Organização e Libertação
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SET – Superintendência de Engenharia de Tráfego
SETPS – Sindicato das Empresas de Transporte Público de Salvador
Ubes – União Baiana de Estudantes Secundaristas
UEB - União dos Estudantes da Bahia
UJS – União da Juventude Socialista do PC do B
Umes - União Metropolitana de Estudantes Secundaristas
UNE – União Nacional dos Estudantes
Ucsal – Universidade Católica de Salvador
UFBA – Universidade Federal da Bahia
Uneb – Universidade do Estado da Bahia

Notas

- 1 Socióloga, mestranda em Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS/UFBA.
- 2 Produtora cultural, assistente de pesquisa.
- 3 Em muitos casos, as pessoas não exercem o direito de votar – que também é uma obrigação no Brasil – por não terem condições de pagar pelo transporte.
- 4 IBGE. *Pesquisa de Orçamento Familiar*, 1995/1996.
- 5 Relatório de barateamento das tarifas do transporte público urbano, do Ministério das Cidades, 2006, p. 10.
- 6 MANOLO. (2007) Transporte coletivo urbano e luta de classes: um panorama da questão. *Cadernos do CEAS*, n.º 226, abr./jun. 2007, p. 57-84.
- 7 Retirado do site da SEI – www.sei.ba.gov.br –, acessado em 6/9/2007. Fonte: SEC/MEC/INEP.
- 8 Encontros realizados com alguns dos jovens entrevistados durante a pesquisa quantitativa Juventude Brasileira e Democracia para aferir a opinião juvenil acerca do tema “O Brasil que queremos e como chegar lá?”. Na Região Metropolitana de Salvador 162 jovens, das várias classes sociais, participaram dos cinco encontros que ocorreram entre abril e maio de 2005.
- 9 Segundo Relatório da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 27,5% dos usuários dos transportes públicos em Salvador são das classes D e E; 38,5 %, da classe C (que tem rendimento mensal entre R\$ 497 e R\$ 1.064/mês); 27,5%, da classe B; 6,5%, da classe A.
- 10 Versão eletrônica do jornal *Correio da Bahia*, 29/8/2003.
- 11 BENEVIDES, Sílvio César, em entrevista concedida a GAGEPPO, Guilherme. *O troco – Por de trás das manifestações estudantis de 2003*. Monografia de conclusão de curso de Comunicação Social, FIB, 2005.
- 12 Segundo a página da Secretaria Municipal de Educação na internet, acessada em 8 de outubro de 2007: “Instituído em 1983, o benefício da Meia Passagem proporciona aos estudantes de Salvador o desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da passagem de ônibus no município, exclusivamente para os seus deslocamentos à escola. Têm direito ao Smart Card alunos matriculados em instituições públicas ou

Referências bibliográficas

- ABRAMO, H. Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo, Anpocs/Scritta, 1994.
- _____. Participação e organizações juvenis. São Paulo, 2004. Mimeo.
- _____; MARTONI, P. P. (orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- ALMEIDA, M. B. A ação coletiva dos estudantes secundaristas: passe livre na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2006.
- ANDRADE, T. A. Dispêndio domiciliar com serviço de saneamento e demais serviços de utilidade pública: estudo da sua participação no orçamento familiar. Brasília, DF, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CASTRO, J. Estudantes no meio do caminho. A Tarde. 24 de setembro de 2004.
- GOMIDE, A. A. Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Texto para Discussão n.º 960. Brasília, julho de 2003.
- IBASE/PÓLIS. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas – Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: Ibase, 2005 (disponível nos sites de Ibase – www.ibase.org.br e Pólis – www.polis.org.br).
- JÚNIOR, J. C. Umes denuncia estratégia para esvaziar o movimento. Correio da Bahia. 19 de maio de 2007.
- MANOLO. Transporte coletivo urbano e luta de classes: um panorama da questão. Cadernos do Ceas, n.º 226, abr.–jun. 2007, p. 57-84. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/diario/2003/09/10/0910_salvador2.asp.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. Juventude e Contemporaneidade, RBPE n.º 5 e n.º 6, Anped, 1997.
- RAGEPO, Guilherme. O troco – Por trás das manifestações estudantis de 2003. Trabalho de Conclusão de Curso, FIB – Centro Universitário. Mimeo. 2005.
- ROCHA, T. Prefeitos propõem redução de 50% no diesel. Tribuna da Bahia, 25 de setembro de 2003.
- SANTANA, E. L. Estudantes param a cidade. Tribuna da Bahia, 30 e 31 de agosto de 2003.
- VASCONCELOS, L. Embassahy descarta a redução das tarifas. A Tarde, 10 de setembro de 2003.
- NOVAES, R.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, www.ibge.gov.br. Acessado em 10 de julho e 6 de setembro de 2007.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia www.sei.ba.gov.br. Acessado em 6/9/2007.
- Documentos
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Embassahy articula fórum de prefeitos para discutir tarifas de transportes. Prefeitura Municipal de Salvador. 9 de setembro de 2003.
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Embassahy provoca debate nacional sobre a tarifa de transportes. Prefeitura Municipal de Salvador. 10 de setembro de 2003.
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Prefeitos querem redução de 50% no diesel para baratear ônibus. Prefeitura Municipal de Salvador. 25 de setembro de 2003.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Relatório de barateamento das tarifas do Transporte Público Urbano. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2006.
- _____. Evolução das tarifas de ônibus 1994 a 2003. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004.
- _____. Sistematização do seminário de mobilidade urbana em regiões metropolitanas. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004.
- Videografia
- PRONZATO, C. A Revolta do Buzu. Documentário 70 minutos. NTSC. Salvador: Focu's imagens. 2004.